

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE ARTES E DESIGN  
BACHARELADO EM MODA

**ALICE DE LIMA DA COSTA**

**A aparência das mulheres no Brasil dos Anos de Chumbo**

Juiz de Fora

2023

**ALICE DE LIMA DA COSTA**

## **A aparência das mulheres no Brasil dos Anos de Chumbo.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Moda.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Claudia Bonadio

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de  
geração automática da Biblioteca Universitária da  
UFJF,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Costa, Alice de Lima da.

A aparência das mulheres no Brasil dos Anos de Chumbo /  
Alice de Lima da Costa. -- 2023.

62 p.

Orientadora: Maria Claudia Bonadio

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Artes e  
Design, 2023.

1. Moda e Revolução. 2. História das Mulheres. 3. Luta  
armada. I. Bonadio, Maria Claudia, orient. II. Título.

**ALICE DE LIMA DA COSTA**

**A aparência das mulheres no Brasil dos Anos de Chumbo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Moda.

Aprovada em 14 de junho de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Claudia Bonadio – Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dra. Elisabeth Murilho da Silva  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dra. Laise Lutz Condé de Castro  
Grupo de pesquisa em História e Cultura de Moda - Universidade Federal de Juiz de  
Fora

Dedico este trabalho as mulheres da minha vida: mãe, irmã, avós, tias, primas e amigas. Vocês me inspiram.

## AGRADECIMENTOS

Hoje, com imensa gratidão, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado durante minha jornada na universidade pública, que sempre foi o meu sonho. Aos meus pais, em especial, por sempre acreditaram em mim e me incentivaram a seguir meu caminho, mesmo diante das incertezas. Seu amor, dedicação e aporte foram fundamentais em minha formação.

À minha mãe, Jaqueline, meu agradecimento especial por ser a pessoa mais dedicada em minha vida. Seu esforço incansável para me ver feliz e sua constante motivação em me fazer alçar voos mais altos nunca serão esquecidos.

Minha irmã Camila, um exemplo de generosidade, agradeço por compartilhar tanto de si comigo. Suas verdades, gostos e talentos artísticos sempre me encantaram, e sou grata por todas as lições que aprendi com você.

Aos meus amigos, minha gratidão por serem meu porto seguro. Vocês estiveram ao meu lado nos momentos de dúvida, me incentivaram quando pensei em desistir e celebraram cada pequena conquista comigo. Agradeço imensamente por ter amigos tão especiais e leais como vocês.

À minha orientadora, Maria Claudia, meu sincero agradecimento por sua dedicação, paciência e apoio ao longo do processo de realização do TCC. Suas orientações valiosas transformaram essa etapa em um momento leve e prazeroso. Sua paixão e ensinamentos compartilhados foram fundamentais para minha escolha e desenvolvimento no campo da moda.

Aos professores do curso Interdisciplinar em Artes e Design, meu agradecimento pela partilha de conhecimento e experiência. Suas aulas expandiram meus horizontes e aprimoraram minha visão criativa, contribuindo significativamente para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista. Essa vitória é fruto do esforço coletivo e do apoio inestimável que recebi ao longo dessa jornada. Meu mais profundo agradecimento a cada um de vocês.

## RESUMO

O presente trabalho busca destacar como a figura feminina foi conduzida socialmente a uma posição de fragilidade e inaptidão para determinadas ações consideradas masculinas. Esse afastamento das mulheres do protagonismo em momentos históricos resultou em uma falta de representatividade feminina na memória social e, conseqüentemente, na historiografia. Durante o período do Regime Militar brasileiro, muitos guerrilheiros homens tiveram seus nomes registrados na história, gerando diversas obras culturais que descrevem suas experiências na guerrilha. Por outro lado, as mulheres foram relegadas ao silêncio na história documentada, sendo necessário resgatar e rememorar sua participação na militância, principalmente na luta armada. Nesse sentido, esta pesquisa questiona a percepção de que elementos femininos são incompatíveis com a luta contra o regime, e busca explorar a moda e o embelezamento como possíveis recursos utilizados pelas mulheres na resistência. Observa-se uma clara valorização das ações masculinas em detrimento das ações femininas, o que leva as representações que incluem as mulheres, ainda que de forma secundária, negarem sua feminilidade ao “masculinizá-las”. Portanto, o estudo tem o propósito de resgatar e analisar as histórias individuais das mulheres, juntamente com uma análise das representações culturais, visando compreender e valorizar os elementos da feminilidade como forças de resistência e revolução no contexto histórico. O objetivo é desconstruir estereótipos de gênero e promover uma visão mais inclusiva da participação feminina, com toda sua pluralidade representativa, enriquecendo assim a compreensão histórica

**Palavras-chave:** Luta armada. Moda e revolução. História das mulheres.

## **ABSTRACT**

This work seeks to highlight how the female figure has been socially confined to a position of fragility and inadequacy for certain actions considered masculine. This exclusion of women from the forefront of historical events has resulted in a lack of female representation in social memory and, consequently, in historiography. During the period of the Brazilian Military Regime, many male guerrillas had their names recorded in history, generating numerous cultural works that describe their experiences in the guerrilla warfare. On the other hand, women have been silenced in documented history, necessitating the recovery and remembrance of their participation in activism, particularly in armed struggle. In this sense, this research questions the perception that feminine elements are incompatible with the fight against the regime and seeks to explore fashion and beauty as potential resources used by women in resistance. There is a clear valorization of male actions at the expense of female actions, leading representations that include women, even in secondary roles, to deny their femininity by "masculinizing" them. Therefore, the study aims to rescue and analyze the individual stories of women, along with an analysis of cultural representations, in order to understand and valorize the elements of femininity as forces of resistance and revolution in the historical context. The objective is to deconstruct gender stereotypes and promote a more inclusive view of female participation, with all its diverse representation, thus enriching historical understanding.

**Keywords:** Armed struggle. Fashion and revolution. History of women.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Ficha de Ana Miranda, uma das presas na Torre das Donzelas.....	35
Figura 2	– Ana Miranda detida durante o congresso da UNE .....	36
Figura 3	– Estudante ferida em manifestação contra a ditadura em 1968.....	40
Figura 4	– A protagonista Maria Lúcia, respectivamente em 1964 e 1970.....	46
Figura 5	– Cláudia Abreu (Heloísa) em cena no segundo episódio de Anos Rebeldes.....	48
Figura 6	– Cena da morte de Heloísa.....	49
Figura 7	– Julgamento de quatro dos sequestradores de Giovanni Bucher, em agosto de 1972.....	51
Figura 8	– Heloísa e seus companheiros em um aparelho durante o sequestro do embaixador suíço.....	52
Figura 9	– Cenas das personagens Sandra e Heloísa, respectivamente.....	53

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>MEMÓRIA HISTÓRICA.....</b>	<b>13</b>
2.1	ANOS DE CHUMBO... ..	13
2.2	CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA .....	16
<b>3</b>	<b>INSERÇÃO MEMORIALÍSTICA DA MULHER NA NOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>19</b>
3.1	O SILENCIAMENTO DA FORÇA FEMININA .....	19
3.2	MULHERES ATUANTES NA MILITÂNCIA CONTRA O REGIME MILITAR .....	21
3.3	MULHERES NA LUTA ARMADA.....	26
<b>4</b>	<b>A IMAGEM DA MULHER GUERRILHEIRA .....</b>	<b>30</b>
4.1	O FEMININO COMO FIGURINO DA PASSIVIDADE.....	30
4.2	EMANCIPAÇÃO DOS SIGNOS FEMININOS.....	32
4.3	ARTIFÍCIOS DO FEMININO COMO ELEMENTO PERFORMÁTICO NA CONTRARREVOLUÇÃO .....	34
<b>5</b>	<b>REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DA MULHER GUERRILHEIRA.....</b>	<b>43</b>
5.1	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DOS PROGRAMAS TELEVISIVOS.....	43
5.2	ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM ANOS REBELDES.....	44
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira estendeu-se por um longo período de 21 anos, entre 1964 a 1985, caracterizado pela repressão e violência perpetradas pelo Estado, conhecido como *Anos de Chumbo*<sup>1</sup>. Um número considerável de indivíduos civis aderiram à militância política em busca da liberdade democrática, impulsionados por diversas motivações pessoais e coletivas. Tanto homens quanto mulheres embarcaram nessa adesão, desafiando corajosamente os limites e expondo-se à violência. Embora seja compreendido que a militância não era exclusiva ao universo masculino, é inegável a falta de inclusão das mulheres nas narrativas sobre esse tema, destacando o protagonismo masculino.

A construção social que perpetua o distanciamento das mulheres nas ações de rebeldia, luta e coragem resulta em um conhecimento insuficiente sobre suas contribuições nessas esferas. Além disso, justamente pelo forte apelo masculino em ações consideradas violentas, comumente, existe um impulso em as deixarem menos femininas. Estereotipando as mulheres que rompem com o tradicional pacífico esperável socialmente, atribuindo características e comportamentos tradicionalmente associados ao universo masculino. Essa dinâmica de exclusão e estereotipagem impede uma compreensão completa e justa do papel e da influência das mulheres nessas lutas históricas.

Sendo crucial reconhecer e valorizar as contribuições femininas, que frequentemente são silenciadas ou negligenciadas, a fim de obter uma visão abrangente e equitativa desses eventos. Compreender como os aspectos da feminilidade podem ser empregados como uma "arma" na luta, reconhecendo sua força e poder transformador. Visto que, muitas mulheres do período como Leda Gitahy<sup>2</sup> (Joffily, 2005), que integravam o movimento de luta armada, utilizavam desses estereótipos para driblar a repressão.

---

<sup>1</sup> Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho, o termo *anos de chumbo* faz parte de uma construção memorialista, cujo intuito era esquecer os benefícios de parte da sociedade civil durante os mais duros anos de repressão. Para ele, os que foram *anos de chumbo* para uns foram *anos de ouro* para outros. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerda e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. F

<sup>2</sup> Leda Maria Caira Gitahy foi uma militante política e estudante de Artes Plásticas na FAAP (1968) e História na USP (1969). Ela foi presa em 1968 pela Ditadura Militar durante o Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo. Com a promulgação do AI-5 em 1969 e o aumento das perseguições políticas, Leda e seu companheiro Bernardino, também militante político, tiveram que se exilar no Chile. Eles retornaram ao Brasil somente em 1980, com a promulgação da Lei da Anistia (1979).

O objetivo deste estudo é preencher uma lacuna de conhecimento ao compreender a individualidade e as experiências das mulheres guerrilheiras na luta contra a ditadura militar. Levantando narrativas individuais e coletivas de diferentes mulheres que enfrentavam suas lutas dentro da atividade militante utilizando dos “chamados atributos femininos de beleza e sedução” (Tait; Simili 2017).

Assim, busca-se aprofundar a análise da participação política das mulheres durante o Regime Militar, explorando como a moda e a aparência desempenharam papéis significativos na tentativa de driblar a repressão. Observa-se como as mulheres incorporaram a moda e a beleza em seus movimentos políticos, utilizando vestimentas para passar despercebidas pela polícia e permanecerem na clandestinidade, adotando um visual comum às jovens da época.

Para compreender esse fenômeno, são levantadas biografias de mulheres envolvidas nas organizações, bem como de jornais que descreviam suas aparências, com o intuito de identificá-las e desmoralizá-las. Por meio desses relatos, é possível compreender como essas mulheres conseguiram driblar a repressão devido à sua aparência, passando despercebidas.

Além disso, a série "Anos Rebeldes" (1992) é analisada, explorando as escolhas de figurino, comportamento e representação das mulheres e suas diferentes atuações no contexto histórico e na militância. Destaca-se a personagem Heloísa, única mulher que adere à luta armada, passando por uma transformação em sua aparência ao longo da trama. Reconhece-se a importância da série como uma referência na construção da memória social brasileira sobre a ditadura, principalmente por ser transmitida por uma das maiores emissoras do país, a Rede Globo. Com uma abordagem que mescla elementos documentais, verídicos e ficcionais, a série se torna um recurso relevante para reflexões sobre as escolhas de representações femininas.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, que combina análise histórica, estudos de gênero e análise cultural, busca-se dar voz às mulheres que corajosamente lutaram nesse período. Exploram-se relatos pessoais, como os documentados por Maria Cláudia Badan Ribeiro (2015) em seu livro "Mulheres na luta armada", que registra a história oral das militantes envolvidas na guerrilha urbana entre os anos de 1967 e 1973, um período amplamente negligenciado pela história oficial.

A pesquisa é conduzida por meio de uma ampla revisão bibliográfica, análise de documentos históricos, jornais e fontes primárias. Além disso, são realizadas entrevistas com a figurinista Marília Carneiro e a ex-militante Adélia Sampaio, buscando compreender, por meio de suas narrativas pessoais, suas atuações durante o regime e suas relações com a moda e o embelezamento. Marília Carneiro, além de compartilhar suas escolhas para o figurino de "Anos Rebeldes", também vivenciou de perto o período ditatorial possibilitando um relato íntimo sobre o período.

Essa abordagem permitirá uma compreensão mais abrangente das experiências das mulheres guerrilheiras, suas estratégias de luta, desafios enfrentados e contribuições para a resistência.

A relevância desse estudo está na ampliação do conhecimento histórico, ao resgatar e dar voz às mulheres que desafiaram as normas sociais e se engajaram ativamente na luta armada. Além disso, busca-se promover uma reflexão sobre a construção das identidades femininas e masculinas, os estereótipos presentes nas representações culturais das mulheres na guerrilha e os impactos disso na percepção pública dessas combatentes.

Ao compreender as histórias individuais e as particularidades das mulheres na luta armada, este trabalho contribuirá para uma revisão crítica da história oficial e memorialista, reforçando a importância de uma abordagem inclusiva e de gênero na pesquisa histórica. Pretende-se inserir artifícios da feminilidade como um possível elemento de luta para essas militantes.

## **2 MEMÓRIA HISTÓRICA**

### **2.1 ANOS DE CHUMBO**

No dia 1º de abril de 1964, instaura-se no Brasil a ditadura, um sistema repressor e violento governado por militares que perduraria por 21 anos. O golpe que afastou o então presidente João Goulart, foi uma articulação entre a burguesia nacional e o imperialismo estadunidense, com o objetivo de conter a luta de classes, reprimindo as lutas de trabalhadores, dos camponeses e da população pobre. Através do arrocho salarial, precarização do trabalho, desemprego e o massacre do movimento camponês que lutava pela Reforma Agrária.

O período também foi marcado pela abolição das liberdades democráticas, censura artística e a imprensa, repressão a cultura negra e a perseguição e assassinato dos povos indígenas e aos que se opunham a ditadura. O regime contava com uma organização de grupos paramilitares, e de esquadrões da morte que se formavam com agentes do aparato repressivo e civis que eram financiados por grandes empresários, para assassinar opositores do regime, reprimir greves, torturar e assassinar a população que vivia na pobreza.

Como resposta ao terrorismo de Estado, explodiu uma vigorosa cultura de resistência contra o regime, despertando diversas organizações de militância, formada por inúmeros rebeldes e inconformistas, de procedência variada, cujos modos de pensar, agir e sentir traduziam um compromisso político-ideológico com entidade e organizações antagônicas à ditadura (RIBEIRO, 2018, p 11).

Com o progressivo enrijecimento por parte dos militares, principalmente com a implementação do Ato Institucional nº5 (AI-5), com o qual o regime reforçou seu caráter opressor e autoritário, ficou evidente que o caminho pacífico seria uma alternativa ilusória e o diálogo impraticável. Surge então no país uma Nova

Esquerda<sup>3</sup> que vislumbra na luta armada o único caminho para uma transformação eficaz na sociedade.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014), a luta armada no Brasil foi uma resposta legítima e radical ao regime autoritário instaurado pelo golpe militar de 1964. Ele enfatiza que esse movimento não pode ser analisado de forma isolada, mas sim como parte de uma ampla luta política e social contra a ditadura. Antes de 1964, parte da esquerda acreditava na possibilidade de alcançar mudanças por meios pacíficos, como a reforma agrária. No entanto, a ditadura mostrou a inviabilidade dessa abordagem, levando ao surgimento de alternativas mais enérgicas, como a luta armada.

Utilizando o termo "esquerda revolucionária", o autor enfatiza que as motivações da luta armada vão além da mera superação do regime ditatorial, estendendo-se à crítica e ao questionamento do próprio sistema capitalista no Brasil. Nesse sentido, rotular as organizações armadas apenas como "uma espécie de braço armado" (REIS FILHO, 2014, p. 133) da resistência democrática seria uma concessão às forças conciliadoras, que negavam os conflitos de classe e favoreciam a reinstalação de uma democracia sem transformações estruturais significativas.

A luta armada no Brasil teve duas áreas de atuação: o campo e a cidade, sendo a guerrilha urbana a mais conhecida. Diversas organizações surgiram, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), as Ligas Camponesas, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Grupo dos Onze (G-11), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Ala Vermelha do PCdoB (ALA), entre outros.

---

<sup>3</sup> “Nova esquerda porque diferente. A diferença está no rompimento com os aspectos essenciais da política até então observada pelo PCB. Em lugar da conciliação e do entendimento com frações das classes dominantes, a desconfiança em relação às elites sociais e políticas, estabelecida como método, a denúncia da indissolúvel cumplicidade entre os “de cima”, a declaração de guerra à burguesia, suas instituições, partidos e políticos [...] Como consequência, a descrença no caminho pacífico, na possibilidade de reformas e a proposição da luta armada da destruição das instituições burguesas, das formas de representação políticas tradicionais, do aparelho judiciário e das forças armadas” (REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (ORGS.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2006, PP. 24-25)

As ações guerrilheiras transitavam em três áreas de atuação: assaltos, considerados operações de desapropriação; justiçamentos, que consistiam em execuções capitais como atos de justiça revolucionária; e sequestros, com destaque para os de diplomatas estrangeiros, como Charles Burke Elbrick, Ehrenfried von Holleben e Giovanni Bucher. Além disso, a guerrilha rural também se destacou, buscando a luta pelo comunismo através de focos de guerrilha, inspirados na estratégia foquista<sup>4</sup> utilizada por Fidel Castro e Che Guevara em Cuba.

De acordo com a socióloga Olivia Rangel Joffily (2005), a participação das mulheres na resistência ao regime ditatorial foi significativa, embora seja difícil determinar seu envolvimento de maneira precisa. “Acredita-se que as mulheres representavam entre 20% e 25% dos militantes e do total de presos políticos, e 10% dos cerca de 400 mortos e desaparecidos políticos.” (JOFFILY, 2005, pg.9). Elas desempenharam papéis importantes tanto na guerrilha urbana, liderando ações como sequestros de diplomatas e assaltos a bancos, quanto na guerrilha rural, onde algumas se destacaram no comando de batalhões e nos confrontos com o Exército.

Além disso, muitas mulheres atuaram de forma invisível, fornecendo apoio logístico e emocional aos militantes, abrigando-os clandestinamente e contribuindo financeiramente para a causa. É importante ressaltar a pluralidade de meios de existência dentro da militância, para saber que nem toda a perseguição, repressão e violência estava ligada somente a quem integrava a luta armada. “Luta, batalha e resistência não foram privilégios de quem esteve preso. A luta foi geral, cotidiana, minúscula, naquele face a face com o poder.” (SCHILLING, 2010, p. 153).

Diversas mulheres se destacaram pela sua participação transgressora na luta armada e resistência contra o regime autoritário. Entre elas estão nomes como Dilma Rousseff (VAR-Palmares), Inês Etienne Romeu (VPR), Ana Maria Nacinovic Corrêa (ALN), Helenira Resende (VPR), Maria Auxiliadora Lara Barcelos (VAR-Palmares), Lara Lavelberg (MR-8) e muitas outras.

Aarão Reis Filho aponta que rotular as organizações armadas apenas como braços armados da resistência democrática é uma estratégia que busca deslocar o verdadeiro sentido da luta armada, fragilizando sua potência transformadora. Ele

---

<sup>4</sup> Foquismo” é o nome dado à teoria revolucionária desenvolvida pelo guerrilheiro Che Guevara, e o sociólogo Régis Debray na segunda metade da década de 1960. O termo “foquismo” deriva da palavra “foco”, já que tal teoria advogava a instalação de vários focos de guerrilha nas zonas rurais dos países latino-americanos, de modo que esses focos pudessem, paulatinamente: 1) ganhar a adesão das massas; 2) destruir ou submeter o poder das forças armadas; 3) constituir um governo revolucionário de caráter socialista.



destaca a necessidade de compreender a luta armada como parte de uma luta mais ampla, que visava não apenas a derrubada do regime ditatorial, mas também a transformação radical das estruturas sociais e econômicas do país.

A ditadura militar no Brasil chegou ao fim devido à crescente oposição popular, mobilizações sociais e pressões internacionais. Em 1979, foi promulgada a lei da anistia, que visava promover a reconciliação nacional ao permitir o retorno dos exilados políticos e a libertação dos presos políticos. O enfraquecimento da ditadura e a demanda por anistia foram fatores cruciais na transição para um regime democrático no Brasil. No entanto, a ditadura só foi oficialmente encerrada com a eleição, ainda que indireta, de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985.

## **2.2 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA**

Após 21 anos de regime militar, muitas histórias de guerrilheiros foram abordadas em pesquisas, livros e audiovisuais. Colaborando para a construção da memória social da esquerda armada atuante no contexto de ditadura civil-militar brasileira. São as memórias daqueles que vivenciaram os acontecimentos que remontam o passado no presente, a união de verdades individuais capazes de reinterpretar a história perpassada pelo tempo,

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela um, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9)

O estudo dos testemunhos e relatos memorialísticos possibilitam um não esquecimento dos erros cometidos no passado, buscando a prevenção de que não se repitam no futuro. Porém, a memória tende a ser seletiva e influenciada por fatores externos que as tornam verdades individuais. Michael Pollak (1992, p. 2014), ao escrever sobre a temática pontua que a memória “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”, ou seja, essas flutuações constroem verdades seletivas, seja de forma pretenciosa ou não.

Justamente o caráter amoldável e construtivo da memória, possibilita uma manutenção da história por aqueles que possuem uma dominação política, intelectual e social. Ou seja, em uma sociedade patriarcal, em que os homens são os principais agentes do Estado, são eles quem selecionam o que se é rememorado e principalmente o que é esquecido e silenciado.

Assim, por muitos anos a revisitação das memórias da ditadura, com a finalidade de elaborar uma narrativa de resistência democrática, excluiu a memória feminina em sua historiografia histórica. Maria Lygia Quartim de Moraes (2006) escreve que o registro da experiência das mulheres pode ser procurado apenas nos livros construídos a partir de depoimentos, ou de reconstrução histórica levando em conta que muitas das biografias femininas foram escritas por homens,

(...) o levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso. (Moraes 2006, pp. 7–8)

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo no número de estudos que exploram o papel das mulheres na resistência durante o regime militar no Brasil, incluindo teses e dissertações em universidades do país. Isso tem contribuído para um maior debate sobre o tema e possibilitando a publicação de obras que abordam a temática da ditadura. No entanto, é inegável que o silenciamento histórico por longos períodos se reflete em uma notável disparidade entre obras audiovisuais que retratam a ditadura, com uma clara predominância de narrativas protagonizadas por homens em comparação com as protagonizadas por mulheres. Essa discrepância

reflete a falta de representatividade e a necessidade de ampliar as narrativas históricas que destacam o protagonismo feminino no contexto de luta armada.

Observa-se, portanto, que uma grande parte das séries e filmes sobre a ditadura militar no Brasil e a luta armada concentra-se no protagonismo masculino. Filmes como "Marighella" (2012 e 2021) retratam a vida e a luta de Carlos Marighella, líder comunista e guerrilheiro que atuou durante o regime autoritário. Outro exemplo é "Lamarca" (1994), que conta a história do capitão Carlos Lamarca, um militar dissidente que se tornou guerrilheiro e liderou a luta armada contra o regime militar. O filme "Cabra Cega" (2005) também aborda a história de um militante de esquerda. Além disso, o filme "O Que É Isso, Companheiro?" (1997) apresenta um grupo de militantes que sequestra o embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Na televisão, a série "Anos Rebeldes" (1992) retrata o período da ditadura militar no Brasil e enfoca a atuação de jovens jornalistas e estudantes envolvidos na luta contra o regime.

Embora essas produções tenham contribuído para a conscientização sobre o período da ditadura, é de extrema importância expandir as narrativas para incluir o protagonismo feminino, destacando o papel das mulheres na resistência e na luta armada contra a repressão do regime militar. Felizmente, nos últimos anos, têm surgido obras que direcionam a atenção para as mulheres nesse contexto. O filme "Em busca de Lara" (2014) retrata a trajetória de Lara Lavelberg, uma mulher envolvida na luta armada durante a ditadura militar. Outra obra relevante é "Alma Clandestina" (2018), que conta a história de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, uma militante política que lutou contra o regime instaurado em 1964.

Esses filmes exploram a participação feminina na luta armada, proporcionando uma visão mais abrangente e inclusiva da resistência durante a ditadura. Essa expansão das narrativas é essencial para promover a representatividade histórica e reconhecer o papel fundamental das mulheres na construção da história do Brasil. É crucial apoiar e incentivar a produção de novas obras que abordem o protagonismo feminino, além de disseminar e divulgar aquelas que já existem. Somente assim poderemos contar uma história mais completa e verdadeira, que valorize as contribuições das mulheres na luta contra a repressão e na busca pela democracia.

### 3 INSERÇÃO MEMORIALÍSTICA DA MULHER NA HISTÓRIA

#### 3.1 O SILENCIAMENTO DAS LUTAS FEMININAS

Historicamente a sociedade possui diferentes mecanismos que perpetuam a lógica patriarcal, reforçando a dominação masculina nas estruturas e relações sociais. Garantindo a dominação do homem sobre a mulher, determinando as posições cabíveis ou não ao feminina, delimitando seu espaço, sua atuação na sociedade e sua constituição como sujeito. Configurando a mulher como um não sujeito, afastando-as como semelhantes e abolindo-as da história. Deste modo, por muitos anos evidenciou-se a carência de literatura que revela-se a mulher como sujeito. Tornando necessário revisões historiográficas que analisem os acontecimentos e os sujeitos envolvidos, abordando mulheres que recusaram-se a ocupar o lugar de silêncio que historicamente lhe foi reservado.

Essa dicotomia estabelecida entre o homem e a mulher, estabelece uma crença ilusória no imaginário social de que o feminino é intrinsecamente ligado à fragilidade. A filósofa e feminista Simone de Beauvoir possui um extenso histórico de questionamentos sobre a condição de ser mulher, no período em que esteve inserida, sendo observado rastros até os dias atuais. Escrevendo por exemplo, como o homem era considerado como um humano absoluto em detrimento ao gênero feminino:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho com um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o essencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970,10).

Andrea Nye (1995), filósofa feminista, demonstra como diversos autores relevantes na construção social e intelectual da sociedade ao longo dos anos, reforçaram em suas obras a crença de uma subordinação e inferioridade do feminino diante do masculino.

Na igualdade perfeita que Rousseau enxergava para a república ideal, na qual ninguém seria servo de alguém ou inferior a alguém, as mulheres não contavam. Nos turbulentos anos de luta na Inglaterra e na França, a maioria dos reformadores não questionou a inaceitabilidade das mulheres para a vida pública.. O positivista Auguste Comte, por exemplo, argumentava que os cérebros das mulheres eram menores que os dos homens e que, portanto, as

mulheres deviam ser subordinadas. O filósofo e utilitarista James Mill, pai de John Stuart Mill, ao discutir o direito de todos os homens decidirem seus próprios interesses numa votação democrática achava que os interesses das mulheres seriam mais bem protegidos pelos homens [...]. Não era pois de surpreender que a revolução Francesa ensejasse pouca mudança na situação das mulheres. As mulheres podiam marchar a Versalhes porque suas vozes estridentes exprimiam melhor a fome, emendar casacos, fazer jantares, ser inspiradoras como odaliscas imperiais desmaiando em divas em tecidos transparentes, ser celebradas como deusas gregas no Patheon, mas não eram cogitadas em papéis políticos responsáveis. (NEY, 1995, p.22)

Os autores citados por Andrea Nye reafirmam o pensamento sexista ideológico dos diferentes contextos históricos em que estão inseridos. Expondo a situação feminina ao longo da história, seja por um delimitado espaço em que podiam transitar ou pela indiferença em torná-las protagonistas no discurso, ocultando seu registro como forma de afirmação do poder masculino. Beauvoir ainda debate sobre como o discurso do ser masculino se sobressai ao ser feminino, como a termo “macho” é motivos de orgulho e de reforço da força e virilidade do homem, como uma valorização do seu “animal interior”, em detrimento do termo “fêmea” que recorrentemente é evocado, não com a intenção de ligá-la a natureza, mas como recurso para inferiorizá-la, confina-la em seu sexo (BEAVOIR 1970, P. 25). A autora esclarece que sua condição biológica, ainda que importante, não pode ser uma pauta decisiva e imutável do destino e muito menos da subalternidade da mulher.

Compreendendo que a posição da mulher na história não é uma questão biológica natural, mas sim uma construção social, em que a mulher é inserida em um lugar de passividade e obediência. Esse pré estabelecimento de suas posições delimitam sua trajetória:

Cumprir repetir que mais uma vez nada é natural na coletividade humana e que, entre outras coisas, a mulher é um produto elaborado pela civilização; a intervenção de outrem em seu destino é original, se essa ação fosse dirigida de outro modo, levaria a outro resultado. A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo; o abismo que separa a adolescência do adolescente foi cavado de maneira concertada desde os primeiros anos de infância; não há como impedir mais tarde que a mulher não seja o que *foi feita* e ela estará sempre esse passado atrás de si; em se lhe medindo peso, compreende-se à evidência que seu destino não se acha fixado na eternidade. Por certo não se deve crer que baste modificar-lhe a situação econômica para que a mulher se transforme: esse valor fator primordial de sua evolução; mas enquanto não tiver acarretado

as consequências morais, sociais, culturais etc. que anuncia, e exige, a nova mulher não poderá surgir (BEAUVOIR, 1967, p,494, grifos da autora.)

O patriarcado busca estabelecer uma essência feminina e masculina universal, um conceito que está sendo questionado por autores contemporâneos e por políticas que buscam garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres na sociedade, visando modificar essa posição que foi identificada por Beauvoir. No entanto, apesar dos avanços alcançados, a persistência e a longa manutenção do imaginário cultural que desvaloriza o feminino têm resultado na exclusão das mulheres em narrativas em que o masculino prevalece, especialmente em ações que exigem intrinsecamente a "força e a virilidade masculina".

Compreender o período e a posição estabelecida para as mulheres, conforme indicado por Simone de Beauvoir, é essencial para compreender como as militantes e guerrilheiras desafiaram as convenções estabelecidas sobre a feminilidade. Além disso, é crucial reconhecer que a exclusão da feminilidade da luta, no imaginário social, é resultado de um processo construído ao longo de períodos extensos.

### **3.2 MULHERES ATUANTES NA MILITÂNCIA CONTRA O REGIME MILITAR**

O reconhecimento de mulheres atuantes na luta armada contra o regime militar ainda é tímido dentro da historiografia sobre o período. Essa ausência é compreendida como uma política de exclusão social, consequência de um longo período de afastamento do feminino a grandes acontecimentos históricos.

Atualmente, existe uma forte determinação, especialmente por parte de pesquisadoras mulheres, em reescrever a história, transformando a história oral em registros escritos e deslocando as mulheres de uma posição secundária. Esse movimento tem resultado em um aumento perceptível de obras que têm como objetivo recuperar as vozes femininas que desempenharam um papel fundamental na resistência ao regime militar. Dois exemplos notáveis são os documentários "Torre das Donzelas" (2019), dirigido por Susanna Lira, e "Memórias femininas na luta contra a Ditadura Militar" (2015), de Maria Paula Araújo.

No documentário "Torre das Donzelas", um grupo de mulheres revisita sua história na penitenciária de São Paulo após 40 anos, lembrando os dias vividos na Torre. Esse filme oferece uma perspectiva poderosa sobre a experiência das mulheres durante o regime militar, destacando suas vozes e experiências

individuais.

Já o documentário "Memórias femininas na luta contra a Ditadura Militar" apresenta relatos de diversas mulheres, revelando o impacto específico que a ditadura teve em suas vidas em diferentes níveis. O filme aborda não apenas as violências de natureza sexual que essas mulheres enfrentaram, mas também as maneiras pelas quais suas vidas foram afetadas no âmbito físico e em sua condição de maternidade.

Os livros também desempenham um papel crucial na reescrita da história, destacando o protagonismo feminino em momentos de luta e resistência. "Mulheres na Luta Armada: Protagonismo feminino na ALN" (2015) de Maria Cláudia Badan Ribeiro é um exemplo importante. Ao reunir depoimentos diversos, o livro evidencia a participação das mulheres na Ação Libertadora Nacional, rompendo com narrativas históricas que as negligenciaram. Essa obra amplia a compreensão do período histórico, permitindo uma visão mais justa e inclusiva da história das mulheres e suas contribuições para a resistência.

Retornando aos Anos de Chumbo, diante da realidade vigente, iniciou-se um processo de manifestação do inconformismo contra o regime e suas ações opressoras e violentas que modificaram de forma brutal a vida de muitas pessoas. A insatisfação e o desejo político-revolucionário propiciou o engajamento de muitas mulheres na luta a favor da liberdade e redemocratização. Em outros casos, o envolvimento foi induzido e incitado por motivações pessoais, a exemplo o envolvimento de alguém querido, que provocou não só ações diretas de guerrilha mas a adjacência a redes de apoio e solidariedade, agindo na invisibilidade. Maria Cláudia Ribeiro ao aprofundar seus estudos na individualidade e depoimentos de diferentes mulheres que integraram movimentos de oposição ao regime, pontua as diferentes contribuições femininas:

Nossa compreensão da resistência não se centra no protesto aberto essencialmente, mas explora e se refere a outras maneiras, não menos dramáticas do que a luta frontal, pública e armada contra a ditadura: os espaços de luta que a invisibilidade engendrou, resultantes tanto de uma solidariedade interpessoal manifesta na interação cotidiana nos locais de trabalho, de estudos e de cultura, quanto da solidificação de acordos sigilosos, com destaque para as redes informais ou frentes revolucionárias e/ou conspiratórias. São estas forças que ao não poder escapar da perseguição implacável dos militares, em um contexto de profunda vulnerabilidade, assimetria e terror resistiram através de formas, movimentos, gestos e atos sutis. (RIBEIRO, 2018, p16)

A compreensão da existência de diferentes “maneiras de ser” dentro da militância é ainda mais minuciosa quando examinada as ações das mulheres. Visto que o período era de grande segregação das mulheres nos espaços políticos, com demarcações dificilmente mutáveis do que seria cabíveis a elas. Conservando os papéis estereotipados das mulheres, exaltando as funções reprodutoras e domésticas, limitando-as ao espaço privado, a célula familiar.

Ao contrário do imaginário popular, na ocasião anterior ao golpe, a esquerda comunista não pautava as lutas feministas em suas especificidades. Eram poucos os grupos majoritariamente com pautas feministas. Mesmo que vistos como progressistas, não havia uma mobilização por parte dos homens de esquerda para apoiar as reivindicações individuais das mulheres. Maria Amélia Teles, em seu artigo a *Comissão da Verdade*<sup>5</sup> aborda essa problemática existente nas organizações de esquerda, dizendo que “havia mulheres militantes políticas de esquerda, mas não se proclamavam feministas, expressão que significava ‘mulheres burguesas ou quase’, mulheres consideradas despolitizadas ou alienadas. Portanto, a ausência de organizações de mulheres de esquerda não foi sequer considerada como algo grave e não chegou a ser objeto de preocupação por parte de lideranças políticas num momento de ascensão dos movimentos populares” (TELES, 2018, p.1003). Contrário a isso a direita percebeu, justamente nos movimentos femininos, a oportunidade de mobilização e legitimação do golpe:

Se a esquerda não percebeu a dispersão das mulheres, as forças de direita estavam atentas e passaram a incentivar a criação de organizações femininas com a finalidade de usá-las como base social de legitimação do golpe ao governo João Goulart, cuja a preparação se encontrava em acelerado processo”. (TELES, 2018, p.1003)

A imposição do que seria o “terror do comunismo eminentes”, foi algo recorrente nas organizações de direita, com a finalidade de obter o apoio popular e o clima favorável ao golpe militar. “Reuniam mulheres de classe média alta, na sua maioria católicas, em organizações ‘femininas’ tais como a Campanha das Mulheres

---

<sup>5</sup> A Comissão Nacional da Verdade, abreviadamente Comissão da Verdade, foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.



pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, e a Liga Democrática das Mulheres pela Democracia (LIMDE), em Belo Horizonte (MG). Essas organizações serviram de base fundamental para mobilizar amplas ‘massas femininas’ para a concretização dos movimentos de triste memória ‘Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade’, quando colocaram milhares e milhares de mulheres em diversas cidades brasileiras, com o apoio explícito aos golpistas. Ao todo em 1964, foram registradas 49 manifestações massivas de mulheres, por meio de marchas.” (TELES, 2018, 1004)

Com relação à esquerda, quando Goulart é deposto, não existia uma mobilização feminina de relevância. As mulheres somaram-se à resistência e à rebelião, modificando o ideário da época de modo repentino e revolucionário. Para além da luta democrática ou antagônica, uma luta pela libertação, redefinindo-as e reinventando-as de forma igualitária. Antonieta Campos Paz, como membro da Liga Feminina no PCB <sup>6</sup>fala sobre a súbita necessidade de mobilização dentro do partido que não aguardava o golpe:

Os comunistas estavam tão despreparados para o golpe de direita que, quando acoteceu, pegou todos de surpresa. O PCB avisou que começava a revolução socialista e que as mulheres deviam estar a postos para liderar a massa feminina. Na tarde de 31 de março de 1964, estávamos tranquilamente na Liga Feminina quando um companheiro nos avisou que “havia começado a Revolução Brasileira”. Precisávamos mobilizar o maior número possível de mulheres para sair às ruas em apoio à revolução. Devíamos também ir à Rádio Nacional e à Rádio Mayrink Veiga na manhã seguinte, às dez horas, para fazer um chamamento à população. Fomos. As companheiras Elza Soares Rabelo, nossa vice-presidente, a Ana Montenegro fizeram os seus apelos às mulheres do Rio de Janeiro. Da rádio fomos para o escritório Elza e começamos a telefonar para as associadas da Liga Feminina nos encontrarem lá. Achamos melhor não voltar para a sede da Liga, com medo de que fosse invadida pela polícia. Por volta das três horas da tarde, Elza nos comunicou, de fonte seguríssima, que as tropas golpistas eram vitoriosas e não havia mais nada para fazer. (RIBEIRO, 2018, p.113)

Deste modo, sem haver uma pré mobilização significativa de mulheres de esquerda, é notório a pluralidade de motivações que aproximaram diferentes mulheres do ativismo político, que extrapolam um vies explicitamente feminista. Sem haver um processo linear, mas um repertório amplo de estímulo à participação política destas mulheres, “que incluíram educação formal, estímulos intelectuais

---

<sup>6</sup> O Partido Comunista Brasileiro.

(obras, filmes, educação informal), organizações juvenis, sindicatos, associações de bairro, partidos, atividades culturais, pais, amigos, colegas de classe, vizinhos e até figuras tutelares como professores, sacerdotes ou outros militares”. ( RIBEIRO, 2018, pg 74) O despertar ou mesmo a necessidade de aderir a luta, rompendo barreiras tradicionais da sociedade, atingiu mulheres de vários horizontes econômicos, políticos e culturais. “Muitas mulheres possuíam diplomas importantes, haviam realizado cursos universitários, eram funcionárias públicas bem colocadas no mercado de trabalho enquanto outras mal sabiam ler.” (RIBEIRO, 2018, p.413). Maria Alves (2021), em seu artigo sobre *Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985*, identifica duas vertentes como sendo as principais origens de mulheres que aderiram à luta:

[...] militantes feministas vinculadas ou originárias das organizações e partidos de esquerda e mulheres organizadas nos movimentos populares, em comunidades eclesiais de base, nos clubes de mães, em movimentos reivindicativos, de saúde de creches etc. Tais vertentes, por sua vez, comportam uma multiplicidade de inserções, de níveis de organizações, de priorização de áreas de luta e reivindicações e, obviamente, de visões do que é, ou deveria ser, o movimento de mulheres. (ALVES, 2021, p. 56-57)

A movimentação de bandeira e grupos que atenderam diretamente as lutas femininas só ganharam espaço e engajamento na metade dos anos 70. Colocando em pauta não somente a luta política proposta nos partidos que viam as pautas femininas como objeto de distração no combate ao regime militar. Mas sobressaem debates feministas, democráticos e a luta pela anistia. Incluindo especificidades femininas como violência doméstica, sexualidade, direitos reprodutivos, aborto, condições de trabalho feminino, demanda pelas creches e outros direitos sociais. Essas requisições desencadearam em uma imprensa que explicitava as necessidades feminina, como a *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que surgiram em São Paulo na metade dos anos 1970, “[...] se tornou um espaço de expressão de uma linha política intimamente vinculada ao despertar das mulheres para as ideias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil” (LEITE,2003, p.78). Ou seja, somente no final da década de 70 que se poderia pensar em um determinado grupo "homogêneo" dessas mulheres, que pudessem levantar características que as “unificassem” coletivamente.

De acordo com Marcelo Ridenti (1993), das 4.124 pessoas processadas das esquerdas brasileiras pelo Estado na época, 660 eram mulheres, o que representa aproximadamente 16%. Essa porcentagem aumenta para 18,3% quando consideramos as organizações armadas urbanas. Na maioria dessas organizações, entre 15% e 20% das denúncias envolviam mulheres. Essas militantes desempenhavam papéis importantes na luta armada, seja na linha de frente, participando de assaltos a bancos, expropriações de carros, sequestros de aviões, entre outras ações, ou na retaguarda, auxiliando na logística das operações. É crucial ressaltar que, dado o acesso limitado das mulheres a espaços políticos, esses números são significativos. Além disso, é importante destacar que esses dados se referem apenas às pessoas processadas, excluindo aquelas que foram presas ou mortas à margem dos processos legais, bem como aquelas que conseguiram passar despercebidas pelos sistemas de investigação. Segundo Marcelo Ridenti (1990), 32,2% das mulheres envolvidas em organizações de esquerda eram estudantes.

### 3.3 MULHERES NA LUTA ARMADA

A ALN foi um dos espaços de maior referência em mobilização feminina na luta armada no período. A presença da forte figura de Carlos Marighella, um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964–1985), e seu discurso agregador, fez com que muitas mulheres integrassem a organização. Tania Fayal, militante atuante na organização, exhibe esse caráter da organização,

A ALN já era uma organização que se formou num processo onde a luta pela libertação era uma coisa muito presente na boca da classe média, sobretudo das mulheres, que já começavam sua grande luta de independência, de libertação, jogando fora seus primeiros sutiãs<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup>A escolha de linguagem feita por Ribeiro ao mencionar "jogando fora seus primeiros sutiãs" pode ser comparada simbolicamente à queima de sutiãs na década de 60. Embora não haja registros que comprovem a ocorrência real da queima de sutiãs, como apontado por Elizabeth Wilson em seu livro "Enfeitada de Sonhos" (1985), a referência é apenas uma figura de linguagem. Ambas as expressões simbolizam a resistência contra os estereótipos de gênero e a busca pela autonomia das mulheres, mesmo que não tenham sido eventos concretos. Wilson, E. (1989). **Enfeitada de sonhos: moda e modernidade**. Brasil: Edições 70.

romperam com a coisa da virgindade, conseqüentemente aqueles laços de família. Era a primeira coisa que a gente negava com raras exceções, e uma organização formada por cabeça de mulheres, porque Marighella foi um homem que tinha a cabeça de mulher, essa é a grande verdade, o homem era rodeado de mulheres, o Marighella sempre impulsionou a ALN a ir nesse caminho [...] sempre tinha uma mulher que por detrás fazendo alguma coisa com ele, ele era querido pelas mulheres, era uma organização de vanguarda em todos os sentidos e essa aproximação da mulher na luta armada se deve também a essa cabeça libertária de Marighella, sem dúvida alguma. É o nosso primeiro, efetivamente nosso rompimento real com aquilo que se tinha na política de esquerda que era partidão. (RIBEIRO, 2018, p.451)

É evidente o reconhecimento de Marighella quanto à essencial participação feminina na luta. Em documentos produzidos pelo político e guerrilheiro, é possível ver essa convocação publicada pela organização. No primeiro periódico coloca-se as mulheres em posição de destaque, como forma de incentivo:

A mulher brasileira tem um papel de decisiva importância na revolução, particularmente na guerra revolucionária do povo contra o imperialismo dos Estados Unidos cuja expressão mais genuína é a guerra de guerrilhas. Os direitos políticos e sociais que a mulher necessita conquistar só se tornarão realidade plena com a mudança da estrutura econômica do país e a vitória da revolução. A participação da mulher no movimento revolucionário desde o primeiro momento constitui assim, uma garantia de êxito futuro e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. Na luta revolucionária, não há homem que queria retroceder quando na vanguarda encontra uma mulher combatendo. Incorporando-se à revolução e a luta guerrilheira, aprendendo a disparar e adestrando-se nas tarefas de primeira linha, transportando tudo o que for necessário, emprestando sua imensa capacidade de trabalho e poder de iniciativa e imaginação para o desenvolver o apoio logístico, a mulher brasileira representa um elemento precioso na construção da vitória da causa de nossa libertação. Cabe à mulher organizar-se em grupos revolucionários e participar de todas as tarefas exigidas pelas circunstâncias e as necessidades da luta do povo brasileiro. (CEDEM, *O Guerrilheiro* n°1).

Influenciando não somente a militância, manifestações e logística, mas a adesão à luta armada. “Foi pela interferência de Carlos Marighella junto aos cubanos, por exemplo, que as mulheres puderam participar do treinamento de guerrilha rural na ilha, já que eles alegavam que as mulheres eram fatores de divisão na tropa.” (RIBEIRO, 2018, p.234). Como afirmou o militante Ricardo Apgua, sobre a participação de mulheres nos movimentos político-revolucionários da época,

---

Não podemos desconhecer que a visão igualitária que os jovens da nossa esquerda tinham não era generalizada no mundo. Pese a participação das mulheres na Guerra do Vietnã, na Europa de maio de 68 ou nas manifestações no Brasil. Em Cuba, pelo menos nos primeiros grupos que lá chegaram para se preparar militarmente, as mulheres não foram autorizadas a fazer o treinamento rural. Várias vezes ouvi os Cubanos afirmarem que a presença feminina poderia ocasionar conflitos e minar a unidade do grupo. Acho, no entanto, que fomos a primeira geração que desconsiderou as diferenças de gênero na militância política. Na resistência à ditadura e no movimento estudantil, esta militância foi igualitária. Havia muitas mulheres na liderança de entidades estudantis e houve muitas mulheres na liderança das organizações políticas e militares. Mulheres mineiras como Inês Ethiene e Dilma Rousseff foram militantes do movimento estudantil e dirigentes da POLOP<sup>8</sup>. Na luta armada chegaram a comandantes da Var Palmares<sup>9</sup>. A Sônia Lima foi dirigente da União Estadual dos Estudantes em Minas, dirigente do Comitê Universitário do PCB e dirigente da ALN. A Maria Augusta Carneiro Ribeiro, líder estudantil e dirigente do MR8, foi trocada com mais 14 companheiros pelo Embaixador Americano e escolhida porta-voz do grupo libertado quando chegou ao México. E este, não foi só um fenômeno do movimento estudantil. Entre os líderes da primeira e da segunda greves operárias no Brasil, após o golpe de 64, tivemos as irmãs Maria Imaculada de Oliveira e Efigênia Maria de Oliveira à frente do Sindicato dos Metalúrgicos e dos piquetes em Contagem. Orosinda Goulart, ao lado de Hélcio Pereira Fortes, dirigiu a máquina clandestina de propaganda e informação por trás da greve. Acho que este foi o primeiro desafio popular que realmente assustou a ditadura e, nele, a participação de mulheres na linha de frente foi fundamental [...]. Com raras exceções a história da humanidade é uma história de guerras travadas por homens. Mulheres como Zilda Xavier Pereira e Carmela Pezzuti, militantes que viram seus filhos morrerem durante a luta pelos ideais de justiça que, com elas, desde o berço, aprenderam a defender, não podem passar em branco na história. Estas são mulheres maravilhosas, cheias de fibra e coragem [...] (APGUA, 2008).

Assim, é notável a participação de inúmeras mulheres em ações da ALN, que continha um papel de protagonismo na história.. Exercendo papéis decisivos de liderança. Como afirmado por Carlos Eugênio Paz (1950-2019), um dos últimos militantes do Comando Nacional,

---

<sup>8</sup> O I Congresso da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO), mais conhecido como Polop, ocorreu em 1961 e marcou o início dessa organização. Foi fundada por um grupo do Rio de Janeiro que já vinha editando um boletim chamado Política Operária desde 1959. Uma característica distintiva da Polop foi sua análise do capitalismo brasileiro, e durante seu primeiro congresso, formulou propostas em contraposição ao que consideravam uma abordagem reformista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que era a principal representação comunista na época.

<sup>9</sup> Vanguarda Armada Revolucionária Palmares foi uma organização brasileira de extrema-esquerda que participou da luta armada durante a ditadura militar, visando a derrubada do regime

A ALN era uma organização horizontal, isso difere a ALN de todas as outras organizações que tinham ainda aquela estrutura piramidal, onde você tinha o comitê central. [...] se eu podia pensar pela minha própria cabeça, desenvolver a criatividade, você pensa em soluções concretas ao invés de esperar uma informação subir até o topo de uma pirâmide. [...] Nós tínhamos mulheres da ALN de todos escalões da organização inclusive nas mais altas direções da ALN, mulheres que pegaram em armas e que foram guerrilheiras e assaltaram bancos, que assaltaram casernas para pegar as armas, pessoas que participaram de justiçamentos, tivemos mulheres que fizeram movimento estudantil, mulheres que fizeram o movimento operário, umas das maiores greves desse país que foi a única vez que o Ministro do Trabalho foi obrigado a ir até uma fábrica para negociar com os trabalhadores, foi a greve de Contagem e a grande líder dessa greve chamava Maria Imaculada Conceição de Oliveira que depois foi presa e trocada pelo embaixador suíço. Ela foi a grande liderança na greve. A Rede de apoiadores, aquela mulher que corre risco da própria vida e leva uma mensagem para a cadeia. Que era fundamental esse contato entre nós que estávamos fora, a organização continuava aqui fora agindo com os companheiros que estavam presos, ter tempo da organização desmobilizar, para ninguém cair por causa daquilo. (PAZ, C.,2011)

## 4 A IMAGEM DA MULHER DE GUERRILHA

### 4.1 O FEMININO COMO FIGURINO DA PASSIVIDADE

Levando em conta o período de repressão, é possível identificar essa “desvalorização” das práticas consideradas ilícitas no período quando orquestradas por mulheres. Luciana de Oliveira, em sua tese de doutorado intitulada *Crime é coisa de mulher*, realiza uma análise contemporânea sobre as interrelações entre a construção de identidade de gênero e as identificações com a prática de crimes. Ainda que em períodos diferentes, é possível observar essa escassez de concessão de autoria de práticas violentas às mulheres. A autora afirma que,

Os estudiosos de fins do séc. XIX insistiam em justificar a aparente menor participação das mulheres no crime e que, para isso, eles elencavam traços da personalidade feminina e os comparavam com o que era definido como masculino. Em suas conclusões, as mulheres teriam menos inteligência, ausência de criatividade e conservadorismo que, somados à passividade e à submissão (características consideradas na época inerentes às mulheres), descartavam-nas de uma participação mais ativa no mundo da criminalidade. (OLIVEIRA, 2012, p.13)

Deste modo, por vezes, é observado a utilização de elementos contrários à feminilidade para transmitir uma imagem de força e potência pelas mulheres, ou mesmo na utilização dos próprios elementos constitutivos femininos como estratégia de combate, como recurso de “disfarce”. Goffman (2008) estabeleceu uma comparação entre atores de teatro e atores sociais, onde ambos buscam conferir significado às ações tanto para si mesmos quanto para a plateia interagindo com eles. Essa analogia destaca a importância da encenação e do desempenho na vida cotidiana. O autor enfatiza que os atores sociais têm a capacidade de escolher o contexto e o papel que desempenharão, assim como o figurino adequado para cada público. Seu objetivo principal é manter a coerência e adaptar-se às diferentes situações sociais, utilizando técnicas teatrais para criar a melhor representação possível de si mesmo.

Considerando essa constante interpretação no meio social, destaca-se o ato de vestir-se como potente meio de atribuição de valores. As vestes alimentam a plenitude de expressão. Com o poder de transmitir mensagens culturalmente fomentadas, que ultrapassem a consciência do mensageiro, como uma linguagem

não verbal. Atentando que a comunicação é formada por signos, é na indumentária que se estabelece o sistema múltiplo de signos e significados. Marina Cezar, pontua:

A partir do momento em que a pessoa se cobre com as roupas e os adereços, propõe um discurso visual o qual a representará perante os observadores. Esses enunciados mostram quem é e/ou como ela gostaria de ser e, dessa forma, ser lembrada como tal. Ancorado nessa ferramenta, o sujeito cria percepções a fim de transmitir atribuições pessoais. As vestimentas, nesse sentido, oportunizam projetar as fantasias e ampliar a imaginação, para mostrar aos demais determinadas auto atribuições, uma vez que estas são concebidas para transmitir alguma mensagem do usuário que as porta. Em nome de um respaldo social, a aparência é permanentemente alterada em nome de uma aceitação, já que as pessoas vivem em grupos e são dependentes disso em maior ou menor grau. Com frequência, a roupagem equivale a protestos silenciosos em que se vestir passa a ser um enunciado de valores, não apenas um apelo estético. (CEZAR, 2019, p.18)

De acordo com Proni (2008), o vestuário desempenha um papel comunicativo, pois, através da semiótica, torna-se uma forma de expressão pela qual o indivíduo se comunica, conferindo sentido dentro de um contexto mais amplo. Para que os sinais sejam efetivos, é necessário que sejam consistentes, mesmo que isoladamente. A roupa, por sua natureza, é sempre um símbolo e, portanto, representará algo para alguém, uma vez que emite significados baseados no repertório cultural do observador e do observado. Por exemplo, uma saia, quando reconhecida por uma determinada sociedade, ou seja, quando vários intérpretes atribuem um sentido a ela, pode evocar a ideia de sensualidade sutil, devoção religiosa, vulgaridade explícita ou simplesmente praticidade. As representações são estabelecidas de acordo com as referências pré-existentes, “o sentido é uma condição humana, o significado é um fator social” (PRONI, 2008, p.158).

São os significados atribuídos às roupas que influenciam as expectativas em relação ao comportamento da pessoa que as veste. Nesse sentido, o feminino é frequentemente contrastado com o masculino, evidenciando uma dualidade entre força e fragilidade refletida nos elementos do vestuário de cada gênero. Devido à rigidez dos papéis de gênero estabelecidos, a margem para arbitrariedade é praticamente inexistente, a menos que o destino do “personagem” seja desafiar as normas estabelecidas, expressando rebeldia, insatisfação e atribuindo significados diferentes daqueles convencionais.



Os signos que socialmente reforçam a feminilidade tendem a colocar restrições nas experiências e potenciais das mulheres, o que a escritora feminista, Susan Brownmiller (1975), nomeia de “estética da limitação”. Em que as expectativas tradicionais de feminilidade enfatizam a delicadeza, a passividade, a submissão e a dependência das mulheres em relação aos homens. Através das roupas, acessórios e padrões de vestimenta atribuídos às mulheres, são estabelecidas normas e expectativas sobre como elas devem se apresentar e adequar à feminilidade.

#### **4.2 EMANCIPAÇÃO DOS SIGNOS FEMININOS**

A imposição de normas restritivas de vestimenta feminina contribui para a “estética da limitação”, reforçando estereótipos de gênero e limitando a liberdade das mulheres. Em contraposição, o que se espera de uma mulher que confronta as limitações do papel de cada gênero, é justamente o afastamento de signos femininos, ou seja, mulheres que abdicaram dos elementos estéticos femininos. Ainda que a década de 1970 tenha sido um período marcado por uma revolução significativa nas formas de se vestir e nas normas de moda que até então eram predominantes, com uma adesão a roupas mais despojadas, andróginas e mesmo com influências hippies e boêmias, a utilização dessas peças não significam uma emancipação dos signos femininos. Mas uma demonstração de rebeldia e movimentação que, considerando a repressão e o amedrontamento, manifestaram-se de modo sutil.

Nesse contexto, as mulheres envolvidas diretamente nos movimentos de guerrilha enfrentavam o desafio de estabelecer sua autoridade em um ambiente predominantemente masculino. Wolff destaca que os relatos memorialísticos dos homens frequentemente transmitem um sentimento de orgulho ao descreverem suas aventuras na clandestinidade e a emoção das fugas das investidas policiais (WOLFF, 2007, p. 109). Para que as mulheres pudessem alcançar a mesma visibilidade, elas teriam que adotar características tradicionalmente associadas ao gênero masculino. No entanto, esse processo seria mais desafiador e doloroso para elas em comparação com seus companheiros, “para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero” (WOLFF, 2007, p. 110). Dessa forma, a escolha de vestuário masculino utilizado por algumas mulheres refletia uma

dualidade entre o conforto e a preferência pessoal, por um lado, e a necessidade de serem reconhecidas e respeitadas, por outro.

A utilização de elementos considerados não femininos era uma potente forma de reconhecimento das mulheres engajadas do movimento de guerrilha, enfrentando a repressão com base em sua aparência. Tait e Simili, em sua pesquisa sobre o uso da moda como arma de protesto político, descreve a experiência de ser uma prisioneira política:

Um das presas políticas recorda que usava sandálias de couro, estilo hippy, muito na moda, mas ao chegar no Rio de Janeiro, os demais militantes pediram para ela parar de usar as sandálias, pois a polícia política reconhecia, nesse tipo de calçado, a rebeldia que poderia ser contra o governo militar. Essa militante foi torturada e estuprada pela polícia. (TAIT; SIMILI, 2016, p.1469)

A depreciação em relação à quebra dos códigos de conduta de gênero não se limita apenas à preocupação levantada por militares e civis politicamente alinhados à direita. Dentro das organizações de esquerda, consideradas progressistas e defensoras da igualdade de gênero, também podem ser encontrados relatos machistas. Isso fica evidente no trecho da biografia "A Fuga", escrita por Reinaldo Guarany, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), onde é perceptível a presença de uma visão sexista dentro das próprias fileiras dessas organizações:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolde com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barra-pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por quê, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade,

disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo (GUARANY, 1984 apud RIDENTI, 1990, p. 3).

No relato de Reinaldo Guarany, observa-se uma intenção de criar uma dualidade entre as militantes, dividindo-as em dois grupos distintos: aquelas que participavam de forma mais organizacional, atraindo adeptos para a causa, e aquelas que faziam parte do grupo guerrilheiro, engajadas fisicamente na luta armada. Esse relato reflete a crença de que as mulheres que se envolviam na luta armada abdicaram automaticamente dos elementos associados à "beleza feminina", ocultando a pluralidade do que é ser uma mulher na guerrilha, afastando os artifícios femininos da luta revolucionária.

#### **4.3 ARTIFÍCIOS DO FEMININO COMO ELEMENTO PERFORMÁTICO NA CONTRARREVOLUÇÃO**

A convicção na alegada emancipação dos símbolos femininos como um aspecto quase indiscutível em relação à participação das mulheres na luta levou numerosas guerrilheiras a empregar precisamente esses elementos femininos como uma tática para contornar a censura. Elas confiavam na imagem "inofensiva" atribuída às mulheres como um meio de dissimulação.

De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte (2009), a utilização de "jogos ou performances de gênero" ao longo da história desempenha um papel significativo na análise da ação política das mulheres e na compreensão das apropriações de identidades de gênero que são automaticamente atribuídas a elas. A estratégia adotada por essas ativistas consistia em utilizar da imagem da loira bonita e sensual, vestindo-se de acordo com a moda da época, a fim de desviar a atenção de suas ações e dos demais membros da organização. Enquanto todos os olhos se fixavam na loira, que estava disfarçada, ela podia exercer sua atuação política de forma mais efetiva.

Nas imagens abaixo, apresentadas respectivamente, é possível analisar a figura de Ana Miranda, uma estudante da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi presa política durante o congresso da UNE

realizado em Ibiúna em 1968 e posteriormente na Torre das Donzelas<sup>10</sup>. Ao observar suas vestimentas e acessórios nas duas fotos, em momentos diferentes, ainda que próximos, podemos perceber o uso de roupas e acessórios que evidenciam sua feminilidade e até mesmo uma certa preocupação com sua aparência, como o lenço no cabelo, óculos, colar e uma camisa com ornamentos nas mangas e peito.

Figura 1 - Ficha de Ana Miranda, uma das presas na “Torre das Donzelas”

PLANILHA DE REGISTRO

NOME ANA BURSSTYN

FILIAÇÃO Isac José Bursstyn e Sara Bursstyn

NACIONALIDADE Brasileira

NATALIDADE Guanabara

DATA DO NASCIMENTO 30/12/1948

ESTADO CIVIL solteira

PROFISSÃO estudante

INSTRUÇÃO universitária

RESIDÊNCIA Rua. Toneleiros, 261-ap. 501

LOCAL DE TRABALHO Fac. de Farmacia da UFRJ

NOTAS CROMÁTICAS

CUTIS branca CABELOS castanhos

OLHOS \_\_\_\_\_ BIGODE \_\_\_\_\_

BARBA \_\_\_\_\_ COMO USA \_\_\_\_\_


FILIAÇÃO MORFOLÓGICA

ALTURA \_\_\_\_\_ PÊSO \_\_\_\_\_

FOTOGRAFIA Nº 11 717

Identificado por VILLA em 17 de Outubro de 1968

Fotografado por GUSTAVO em " de " de "



Fonte: Site oficial do documentário Torre das Donzelas<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Nome pelo qual ficou conhecido o Presídio Tiradentes, em São Paulo, durante a Ditadura Militar. O nome decorre em função de um de seus pavilhões, destinados à presas políticas.

<sup>11</sup> Relatório e imagens disponíveis em:

<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/ana-bursztyn/&sa=D&source=docs&ust=1688062237938704&usq=AOvVaw1MzOnYiXSYulQK4qOdJhVC> Consultado em 20/04/2023

Figura 2: Ana Miranda detida durante o congresso da UNE em Ibiúna, 1968.



Fonte: As Meninas de Ibiúna<sup>12</sup>, 2014

O jornal gaúcho *Correio do Povo*<sup>13</sup> frequentemente publicava informações sobre as mulheres militantes, rotulando-as como "subversivas e terroristas". Em suas páginas, essas mulheres eram frequentemente retratadas como a "loira dos assaltos", sendo abordadas com um discurso repleto de estereótipos que evocavam sua sensualidade e beleza, sempre fazendo referências à moralidade. A presença e importância das militantes eram amplamente exploradas no periódico, evidenciando seu papel no movimento de contrarrevolução. Briggmann e Wolff enfatizam esse aspecto:

O número de reportagens que apontam participação de mulheres em ações armadas, por exemplo, aumenta significativamente, passando de uma reportagem em 1968 para 35 em 1969. Outra questão que ajuda a significar a presença destas militantes no periódico é o fato de que as reportagens que fazem referência à presença de mulheres em grupos clandestinos de esquerda estão, em sua imensa maioria, agrupadas na página 5, intitulada "Crônica Policial". (BRIGGMANN E WOLF, 2022, p.346)

<sup>12</sup> Imagens e descrição das detidas disponíveis em:

<https://pt.scribd.com/doc/216510451/Mulheres-i-Biu-Na%23&sa=D&source=docs&ust=1688062237938030&usg=AOvVaw2m9vWSrYPgKQcq43gdy5cr> Consultado 05/06/2023

<sup>13</sup> Jornal diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do Sul do país

No periódico, era evidente a estratégia de criar a persona da "loura dos assaltos", que desafiava a imagem de uma mulher socialmente respeitável. Em vez disso, ela era retratada como uma mulher sensual, perigosa e fatal. Ao descrever os militantes, o jornal faz uma breve menção aos homens envolvidos, mencionando apenas sua presença na ação, enquanto as mulheres têm sua aparência física enfatizada. Isso pode ser observado no seguinte trecho,

os assaltantes, em número de doze, incluindo três mulheres bonitas, uma loura e duas morenas, fugiram em três veículos, levando a importância de 55 mil cruzeiros recolhidos nas caixas e no cofre. [...] Pouco antes das 11h30min, os sete assaltantes, inclusive a mulher loura, de esmalte vermelho, entraram na agência bancária e prenderam os 18 funcionários e os sete clientes [...] A frente do banco transformou-se logo numa "praça de guerra" [...] os assaltantes que estavam no interior do banco saíram à rua tendo à frente a mulher loura, a qual portava uma metralhadora (Correio do Povo, 1970)

A ênfase na beleza feminina tanto se manifestava como uma estratégia para conferir um caráter subversivo às mulheres engajadas, quanto como uma forma de espetacularizar aquelas que empunhavam armas, algo que era considerado transgressor na época. Isso sugere que a presença de uma mulher bela no contexto da luta armada era vista como algo completamente surpreendente. Portanto, a exigência de beleza nos meios de comunicação, em particular nos jornais, era predominantemente direcionada ao gênero feminino. Comentários sobre a beleza de renomados homens revolucionários, por exemplo, eram raramente mencionados.

Não havia preocupação com a beleza de Carlos Lamarca (1937-1971), militar brasileiro que se tornou uma figura proeminente na luta armada contra a ditadura militar no Brasil, por exemplo, ao passo que a aparência de sua Iara Iavelberg, militante da POLOP e depois do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e companheira de Lamarca, era constantemente ressaltada, sendo descrita como "alta, bonita de olhos claros e corpo bem cuidado [...] musa da intelectualidade estudantil paulista de esquerda ao meio da década de 1960 [...], destemida e vaidosa" (Wikipedia, 2023).

Mesmo em situações em que há uma descrição mais detalhada dos militantes, é evidente a existência de uma disparidade no tratamento entre homens e mulheres. Em uma publicação de novembro de 1969, os homens são referenciados como "jovem, moreno, de calça escura e camisa branca, com um metro e sessenta

de altura..." (Correio do Povo, 1969) e "o que parecia ser o chefe tinha cabelos crespos, era baixo e gordo, com uma aparência nortista e, como os demais, usava óculos escuros" (Correio do Povo, 1969), enquanto a mulher "era magra, bonita, de estatura mediana, cabelos castanhos e estava vestindo uma saia azul e blusa clara" (Correio do Povo, 1969). Portanto, a partir dessas descrições, fica evidente que a beleza era um aspecto relevante apenas para o gênero feminino, e que de forma surpreendente essas mulheres bonitas "entraram para o crime".

Por meio dessas atribuições, os estereótipos parecem ter sido amplamente empregados pelos militantes como uma forma de camuflagem em suas ações armadas. Aproveitando-se da confiança ingênua em mulheres atraentes, elas se infiltravam ou distraíam militares, agentes de segurança ou até mesmo civis comuns durante operações de guerrilha. Como observado por Vera Silvia Magalhães: "na mente dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos inimigos, a mulher é inofensiva" (Ridenti, 1990, p.120). Em outras palavras, dificilmente uma mulher atraente vestindo uma minissaia levantaria suspeitas sobre a possibilidade de estar carregando uma arma em sua bolsa. Há diversos relatos de mulheres que viviam na clandestinidade, em aparelhos, que utilizam de artifícios da moda como meio de disfarce:

A militante profissional da saúde informa que procurava se vestir como as moças da época, com roupas coloridas, óculos e lenços para passar despercebida. Essa militante, junto com o marido, mudava frequentemente de cidade, pois eram encarregados de esconder militantes que iriam fugir do Brasil via Paraguai, por isso, passavam pelo Estado do Paraná e pela região de Maringá. (TAIT, SIMILI, 2016, p.1470)

Vera, integrante do MR-8, conhecida como "a loura noventa", utilizou essa estratégia ao se disfarçar de empregada doméstica para obter informações sobre o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, antes do sequestro ocorrido em setembro de 1969, no Rio de Janeiro. O sequestro tinha como objetivo libertar prisioneiros políticos e também marcar posição e intimidar a ditadura. Segundo Marcelo Ridenti (1993), Vera, assim como muitas outras mulheres militantes, realizava investigações sob o papel socialmente atribuído às mulheres, ou seja, ela o utilizava como um disfarce para obter informações. Vera relata:

[...] em todas as ações eu tive um papel bem feminino [...] Eu fui fazer o levantamento do sequestro do Americano, sozinha. Fui de minissaia, vestida de empregada doméstica, conquistei o chefe de

segurança do embaixador, ele me achou engraadinha, me deu todas as informações. [...] Eu fiz o levantamento. Num dia obtive todas as informações. [...] Era uma função muito feminina (Magalhães, 1986, p. 12).

Era bastante comum ver empregadas domésticas vestindo uniformes específicos pelas ruas do Rio de Janeiro. Esses uniformes geralmente consistiam em uma saia ou vestido e um avental. É interessante observar que, nesse contexto, Vera destaca especialmente o uso da minissaia como um instrumento de disfarce. Além disso, uma empregada doméstica não parecia representar uma ameaça ao chefe da segurança, que chegou a compartilhar informações confidenciais com ela e mencionar os "terroristas", sem suspeitar que Vera pudesse ser "uma delas". Nesse caso, a utilização de "estereótipos femininos" funcionou de maneira eficiente em prol da luta armada.

Leda Gitahy, que foi militante do movimento estudantil, conta que fez uso do gênero para escapar de uma repressão mais intensa por parte dos militares: “Essas coisas de gênero, eu usei muito, usei o gênero como se espera que ele seja, usei a imunidade de gênero, usei a mulher frágil, era frágil, mas era corajosa, fiz muito o estereótipo da mulher ideal. Foi isso que me salvou” ( Joffily, 2005, p. 119). Adélia Sampaio (2023), em relato cedido ao trabalho fala sobre a preferência de mulheres realizarem algumas atividades, carregando objetos e documentos, que passariam mais despercebidos que para os homens.

Na imagem a seguir, divulgada em um importante jornal da época, o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro em 1968, é possível observar uma mulher sendo carregada, indicando seu envolvimento como manifestante estudantil contrária à ditadura militar. Embora sua identidade não seja mencionada, nem mesmo seu possível vínculo com grupos guerrilheiros, ela é retratada no jornal como alguém que desafia o regime. É perceptível a presença de elementos tradicionalmente associados ao vestuário feminino, como a saia, a tiara no cabelo e o calçado.



Figura 3: Estudante ferida em manifestação contra a ditadura em 1968



Fonte: Arquivo Nacional, Correio da Manhã, BR RJANRIO PH.0.FOT.00229<sup>14</sup>

Adélia Sampaio (2023), evidencia que a maioria dos militantes envolvidos em organizações eram de “classe média para alta”, exemplificando inclusive que “no MR-8 o jornalista Pedro Porfírio<sup>15</sup>, o meu marido, era o único que trabalhava na época”. Deste modo, é possível pensar que para além do vestir-se, muitos desses militantes poderiam ter acesso a moda do período.

Muitas militantes passam a enxergar na instrumentalização do gênero o mecanismo de defesa e resistência. Cristina Scheibe Wolff afirma que “na resistência as mulheres obtiveram certo protagonismo, pois muitas vezes eram elas que faziam estas tarefas e conseguiam passar despercebidas pela repressão” (Wolff, 2015, p. 584). Essa linguagem identitária performática, utilizando da

---

<sup>14</sup> Imagem disponível no site oficial do governo : <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/imagens-correio-da-manha/estudante-ferida-em-manifestacao-contr-a-ditadura-em-1968/view&sa=D&source=docs&ust=1688062237939919&usg=AOvVaw2IZIQia05GS9e7A8HoM5P1> Consultada em 12/03/2023

<sup>15</sup> Pedro Porfírio (1943-2018) foi um jornalista, militante político e escritor brasileiro, preso e torturado pela ditadura militar.

minissaia, dos acessórios e da “mulher feminina” foi usada mesmo após a prisão, nos julgamentos legais, na tentativa de suavizar suas imagens e trazer a imagem angelical para essas mulheres. Como, por exemplo, no relato do advogado Técio Lins e Silva acerca de uma presa política no período:

[para absolvê-la] eu me vali muito da figura que D.Nieta representava, sobretudo sua aparência e seu jeito meigo. Insisti muito tanto ao juiz, uma pessoa que iria se tornar um grande amigo meu. Acho que cheguei a levar D.Nieta lá para que eu a conhecesse e o juiz pudesse constatar o que eu dizia acerca de sua inocência. Os tratadistas da prova penal, dentre eles Malatesta, falam da capacidade para o delito. Eu me valia dessa lições para dizer que D.Nieta “era moralmente incapaz para o delito.” Isto é, uma senhora daquela idade, com aquela formação moral, não seria capaz de fazer as coisas de que estava sendo acusada. (PAZ,M,2012,p.44).

Considerando o agravante da idade, é evidente como a utilização do "jeito meigo" e da aparência desempenhou um papel decisivo no julgamento de D. Nieta, militante do Partido Comunista Brasileiro, que desenvolvia atividades na ALN. Ela foi apresentada perante o juiz com o intuito de adicionar sua imagem como elemento crucial à audiência.

A "loura dos assaltos", portando seu fiel revólver calibre 38, se apropriava de tudo que lhe era devido e desafiava os limites com audácia. Carregava consigo armas, valendo-se de sua juventude. Ousava na moda e conseguia conquistar seu espaço, enquanto os jornais relatavam suas ações, sempre preocupados em descrever seus corpos e comportamentos. No entanto, essas mulheres também pagaram um preço demasiado alto por suas transgressões. Foram desacreditadas, presas, submetidas a torturas e exiladas. Muitas delas encontraram a morte, e tantas outras permanecem desaparecidas.

É imprescindível destacar que as vestimentas constituem expressões individuais, mesmo que influenciadas pelo ambiente social e cultural em que o indivíduo está inserido. Entendendo a existência de uma ampla gama de possibilidades de vestuário, é inviável impor uma padronização precisa em um grupo tão diversificado. É essencial compreender que as vestimentas também refletem a singularidade de cada pessoa, considerando sua origem, contexto, personalidade, preferências e acesso a diferentes peças de vestuário. Adélia Sampaio, esclarece que não percebia a adoção de roupas diferenciadas entre os militantes. Destacando ainda as suas próprias escolhas pessoais baseada nas tendências da moda:

“A mulheres que convivi e conheci jamais usaram “uniforme” [...] era o surgimento da calça pantalone e quem não tinha dinheiro abria um pedaço da perna e aplicava um retalho, quase sempre colorido, assim tinha uma pantalone. Eu mesma fiz muito isso. [...] Eu sempre fui vidrada em uma minisaia, não tão mini como as de hoje e blusas compradas na rua da Alfândega” (SAMPAIO, 2023)

## **5 REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DA MULHER DE GUERRILHA**

### **5.1 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL ATRAVÉS DOS PROGRAMAS TELEVISIVOS.**

A dramaturgia encontra na História uma fonte inspiradora para a criação de enredos, seja no cinema, televisão ou teatro. Por meio da utilização de passagens históricas, é possível desenvolver produções que exploram temas históricos, alcançando um amplo público além do ambiente acadêmico. No contexto brasileiro, em que a televisão possui um alto nível de acesso, os programas televisivos desempenham um papel significativo na divulgação de temas históricos, muitas vezes proporcionando um maior acesso e entendimento em comparação às escolas ou livros didáticos, devido ao seu apelo atrativo.

Essa característica ressalta como a teledramaturgia histórica pode contribuir para a construção de um imaginário social manipulado, moldando a memória coletiva. Considerando a escassez de obras teledramatúrgicas que abordam o período do Regime Militar no Brasil, o imaginário social é concentrado em poucas visões sobre essa temática. Nesse contexto, a série "Anos Rebeldes", transmitida pela Rede Globo, destaca-se como uma obra que contribuiu para a construção de uma memória coletiva em relação ao período retratado. A série utiliza técnicas de representação que combinam elementos não ficcionais, criando um efeito de realidade que confere credibilidade à parte fictícia da obra.

De acordo com Branislaw Baczko (1985), o imaginário social exerce influência sobre as mentalidades, garantindo a dominação simbólica por meio da emissão de discursos. Para tanto, é necessário utilizar modalidades eficientes de controle e emissão, sendo a comunicação de massa, especialmente a televisão, o meio mais popular para isso. Isso ocorre devido à sua capacidade de atingir uma audiência massiva, amplificando as funções performativas dos discursos veiculados e dos imaginários sociais propagados. A chamada mídia de massa aumenta e molda o fluxo de informações recebidas pelo espectador, tornando-se suscetível a manipulações. Conforme destacado pelo autor citado anteriormente:

“Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua

interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.” (BACZKO, 1985 p.311)

Com base na observação dos referidos pontos e na análise dos contextos históricos no momento da exibição de "Anos Rebeldes", juntamente com a utilização de elementos ficcionais e não-ficcionais nas tramas, é possível afirmar que tal obra desempenhou um papel significativo na construção da memória coletiva acerca da Ditadura Militar Brasileira, por meio da aplicação do Imaginário Social.

## **5.2. ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM ANOS REBELDES**

Anos Rebeldes é uma minissérie produzida pela Rede Globo, que estreou em 14 de julho de 1992. Dividida em 20 capítulos, foi exibida de terça a sexta-feira, a partir das 22h30min. Escrita por Gilberto Braga em parceria com Sérgio Marques, a minissérie foi dirigida por Dennis Carvalho, com a assessoria de Silvio Tendler e Ivan Zettel. Marília Carneiro, responsável pelo figurino, destaca-se sendo uma mulher em meio a uma equipe majoritariamente composta por homens. No site oficial da emissora encontra-se a seguinte sinopse:

“[A série] aborda a luta contra o regime militar brasileiro a partir do romance entre dois jovens com projetos de vida diferentes, tendo de fundo o Rio de Janeiro no conturbado período de 1964 a 1979. Aversa à militância política, Maria Lúcia (Malu Mader) se apaixona por João Alfredo (Cássio Gabus Mendes), jovem que se sensibiliza com as questões sociais e que atua no movimento estudantil. Individualista, Maria Lúcia pensa em ter uma vida tranquila e estabelecida. Já João Alfredo é profundamente atento à ideia da consciência de classe e preocupado com as questões sociais do país. Em paralelo a essa história de amor, destaca-se a trama de Heloísa (Cláudia Abreu), filha) do poderoso banqueiro Fábio (José Wilker), um dos financiadores do golpe militar. Ao longo da história, Heloísa rompe com uma vida fútil e os padrões tradicionais de sua família para se engajar na luta armada. Quando a repressão se torna mais dura, ela tenta fugir do país com os companheiros João Alfredo e Marcelo (Rubens Caribé), mas é morta a tiros, numa das cenas mais fortes de Anos Rebeldes.” (Site Memória Globo)

A obra combina elementos de ficção e realidade, entrelaçando eventos históricos com fatos fictícios de forma original, buscando envolver o telespectador. De acordo com Ana Cláudia de Melo (2006), Gilberto Braga “considerou um mundo de ficção apoiado em sua relação de excepcionalidade com a versão aceita socialmente do mundo real”, “colocou na minissérie um ponto de vista da realidade,

estabelecendo uma linguagem capaz de interagir, montando um discurso veiculador não só de emoções, mas também de ideologia.”

A série acompanha a vida de jovens idealistas que se envolvem nas manifestações e na luta contra a ditadura, abordando temas como repressão, censura, tortura e resistência. Os personagens principais são interpretados por atores como Malu Mader, Cássio Gabus Mendes, Pedro Cardoso, Marcelo Serrado, Cláudia Abreu e Betty Lago, entre outros.

Devido à opção de combinar imagens reais de manifestações da época com imagens fictícias, incumbia ao figurino a responsabilidade de buscar a máxima fidelidade à realidade, a fim de se integrar ao panorama histórico e proporcionar veracidade. Para Marília Carneiro (2023) “era um trabalho quase documental, ele (Dennis Carvalho) fez esse truque, ele inseriu os personagens na realidade. Então não podia ter nenhuma fantasia ali”

Bete Mendes<sup>16</sup>, colaborou para a construção da minissérie, reunindo-se com toda equipe e atores para relatar sua prisão e a tortura que foi vítima naquele momento. Para ela (1992), “a minissérie tem importância histórica porque mostra aos jovens, que foram impedidos de conhecer a história brasileira, o que ocorreu naquela época no país”.

Apesar da já mencionada falta de protagonismo das mulheres guerrilheira na série, Anos Rebeldes possui personagens femininas com diferentes representações, mostra a amplitude de possibilidades de ser mulher naquele momento. Maria Lúcia (interpretada por Malu Mader) é a mocinha da trama, que se envolve com João Alfredo (Cassio Gabus), a jovem estudante demonstra a indecisão entre o engajamento político contra a Ditadura Militar e a vida pacata burguesa. Marília Carneiro, em entrevista cedida a este trabalho relata justamente esse aspecto indeciso da personagem:

“eu acho que a personagem da Malu (Maria Lúcia), é quem fica bem em cima do muro. Porque a Malu não gosta da revolução, ela não é uma revolucionária. Ela é filha de um comunista radical, mas ela queria mesmo um sonho burguês, casar muito bem e ficar em paz. E o figurino dela fica uma coisa que não é uma dondoca como Claudia Abreu e não é uma guerrilheira como a Claudia Abreu se tornou, ela

---

<sup>16</sup> Atriz brasileira e ativista política. Ela foi integrante da organização Var-Palmares e participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Presa e torturada em 1970, Bete Mendes superou a experiência traumática e continuou sua carreira artística. Em 1983, foi eleita deputada federal, dedicando-se a pautas como direitos humanos e igualdade social.

é uma mocinha sensata provavelmente vestida pela mãe. ( MARÍLIA, 2023, entrevista concedida ao trabalho).

Figura 4: A protagonista Maria Lúcia , respectivamente em 1964 e 1970.



Fonte: Reprodução Anos Rebeldes<sup>17</sup>, 1992.

De acordo com a figurinista Marília Carneiro (2023), a construção da personagem de Maria Lúcia em "Anos Rebeldes" reflete tanto o seu amadurecimento ao longo do tempo quanto o contexto político da época. Marília observa que, naquele período, as jovens de direita eram frequentemente descritas como conservadoras, seguindo a moda estabelecida por seus pais, como Marília coloca "as de direita continuavam iguaizinhas aos nossos pais, como já diria Belchior". Já as jovens de esquerda, mais envolvidas com os movimentos políticos, buscavam por meio da moda demonstrar seu descontentamento com as normas estabelecidas e adotavam estilos de vestimenta mais ousados e inovadores, que rompiam com os padrões tradicionais da época.

Maria Lúcia não se enquadrava como uma mulher de direita, tampouco como uma guerrilheira, e seu vestuário transitava entre o despojado e o burguês. Ela utilizava com frequência roupas de alfaiataria, como calças, blazers e conjuntos de colete e calça, além de adotar muitos acessórios, como brincos de argola. Seu cabelo era natural, porém sempre bem arrumado, e ela utilizava maquiagem

---

<sup>17</sup> Imagens capturadas respectivamente dos episódios 3 (08:34) e episódio 19 (50:45) Série na íntegra disponível para assinantes em: <https://globoplay.globo.com/anos-rebeldes/t/Kcjrkh5VfC/temporadas/1/&sa=D&source=docs&ust=1688065225050619&usg=AOvVaw0nHzaPcFTekeptu-x0qf38>

cuidadosamente aplicada. Para a figurinista, a diferença entre uma mulher de esquerda menos atuante e uma guerrilheira residia no nível de despojamento,

A diferença entre as guerrilheiras e as meninas do Pier, digamos, de Ipanema, era o despojamento. Quanto mais engajada, mais despojada você tinha que ficar. Mas invisíveis, o ideal é que uma guerrilheira fosse muito pouco notada, então uma roupa extravagante não é bom. [...] De 68, que é o AI-5, em diante, parou a brincadeira, era uma coisa absolutamente de ditadura séria. Mas eu acho que fomentou também a rebeldia, incitou também as pessoas a se rebelarem a não serem iguais aos seus pais, a não serem iguais à década que passou. A irem para a rua, a gritarem por liberdade no âmbito que elas podiam fazer, e a moda é coisa dessas. Você não é presa porque inventou uma saia, mas é presa se for contra a ditadura, então era uma forma muito sutil de você se rebelar. Era você ficar rebelde, rebelde na moda. Minissaia, tudo isso que apareceu. (2023)

É relevante destacar que a minissaia, embora tenha sido mencionada como um elemento de militância pela figurinista, não estava exclusivamente ligada ao contexto partidário. Essa peça de roupa era um símbolo tanto da juventude quanto da liberação feminina da época, representando uma expressão cultural e de moda que transcendia as fronteiras políticas. No fim da década de 60, a minissaia já havia se popularizado amplamente entre o público em geral, independentemente de suas afinidades políticas. Sua adoção era impulsionada por uma tendência cultural mais ampla, refletindo a busca por liberdade e transformação social daquele período. Portanto, é importante reconhecer que a minissaia, além de seu significado como um possível elemento de militância, também desempenhou um papel relevante na moda e na expressão individual das pessoas.

Outra personagem central em "Anos Rebeldes" é Heloísa, interpretada por Cláudia Abreu, que desempenha um papel cativante e impactante junto ao público. Heloísa é filha de Fábio, um influente empresário que financia o regime ditatorial e possui conexões intrínsecas com vários militares. Inicialmente retratada como uma "patricinha" de classe alta, Heloísa demonstra pouco interesse pelas questões políticas, focando-se em festas, rodas de samba, encontros com amigos e sua busca pela perda da virgindade.



Figura 5: Claudia Abreu (Heloísa) em cena no segundo episódio de 'Anos Rebeldes'.



Fonte: Época Negócios Globo<sup>18</sup>, 2022.

No entanto, ao longo da trama, Heloísa revela uma sensibilidade às injustiças sociais e passa a se envolver cada vez mais nas discussões sobre temas como sexo, pílula anticoncepcional, virgindade, amor livre, casamento, divórcio, maternidade e feminismo. Suas falas permitem que essas questões encontrem ressonância junto ao público, proporcionando uma abertura para o debate desses assuntos.

Ao longo da trama de "Anos Rebeldes", a personagem Heloísa experimenta uma transformação de grande impacto, envolvendo-se no final com a luta armada. Conforme a ditadura militar avança, sua personalidade é moldada pelas circunstâncias, e suas batalhas refletem, em conjunto com as de João Alfredo, o radicalismo das correntes de esquerda. Essa mudança significativa é evidenciada também por meio do figurino, como apontado pela figurinista Marília Carneiro (2023), que relembra as escolhas feitas para a personagem após sua adesão à luta armada. Segundo Marília Carneiro, a transformação de Heloísa foi "extremamente radical":

---

<sup>18</sup> Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/07/anos-rebeldes-os-30-anos-da-serie-que-inspirou-caras-pintadas-e-gerou-reacao-do-exercito.html&sa=D&source=docs&ust=1688065584024226&usg=AOvVaw0BMglwb4HcGVeMUWuRf5Fr>

[..] ela (Heloísa) era filha das pessoas mais de direita que você possa imaginar, eram uma dondoca aliendada, ela não queria saber de nada a não ser de ir a festa, era uma festeira. E quando ela começou a ter alguma consciência política e entrar aos poucos na guerrilha, ela virou uma outra pessoa. [...] Quando ela entrou para a militância ela se vestiu igual a um companheiro, eram umas camisas jeans que usavam tanto em homem como em mulher, um jeans básico embaixo, um tênis para correr e pronto. Cabelo era curtinho, não tinha muita confusão, não tinha muita “moda”, era o despojamento. [...] vira uma pessoa brava, eu diria. Uma pessoa magoada com a vida, sai do salão de bonequinha. Acaba ficando um pouco, é impossível você usar o termo masculino para Cláudia Abreu, mas ela fica menino. Ela é extremamente feminina mas ela coloca camisa de homem, jeans de menino, corta o cabelo bem curtinho, ela se despe de todos os adereços quaisquer (femininos). (2023)

Figura 6: Cena da morte de Heloísa.



Fonte: Reprodução de Anos Rebeldes<sup>19</sup>, 1992

A transformação drástica na aparência de Heloísa foi uma estratégia adotada para enquadrá-la na imagem de uma guerrilheira, alguém que inicia um processo de reflexão social e renuncia às supostas "futilidades" em prol de uma luta maior. O figurino, como um elemento expressivo de extrema importância, desempenha um papel central nessa modificação. A decisão de retratá-la ao público como alguém mais forte, racional e corajosa implicou, justamente, o abandono de elementos femininos em seu vestuário. Ao adotar roupas semelhantes às de seus companheiros homens, Heloísa buscava se aproximar de uma imagem "menos burguesa" e transmitir uma mensagem de determinação e igualdade em sua atuação na resistência. Um aspecto adicional é o afastamento de sua família. Ao

<sup>19</sup> Imagens capturadas na série Anos Rebeldes, episódio 20, respectivamente nos minutos 25:22 e 25:59.

romper esse vínculo, Heloísa renuncia à sua casa, seus pertences e a grande parte de sua vida anterior à adesão à luta armada. Essa decisão representa uma quebra significativa com seu passado, evidenciando o compromisso e as escolhas que ela fez em prol do engajamento político e da causa que abraçou.

Apesar do caráter documental da série e da necessidade de incorporar os figurinos em uma realidade existente, a figurinista expressa sua liberdade criativa ao conceber a imagem de guerrilheira de Heloísa. Ela destaca que a personagem é resultado de uma fusão entre sua imaginação pessoal e o contexto social da época, realizando o que ela denomina de "ameninar". A figurinista relata que, nesse processo, teve a oportunidade de imprimir sua visão artística e interpretativa, adicionando elementos que em seu imaginário transmitissem a força e a determinação da personagem, dentro das limitações impostas pela fidelidade ao contexto histórico. Ou seja, ela utilizou de elementos da época que exprimiam liberdade, ainda que masculinos e transgressores para uma mulher, como relatado:

Bom foi uma escolha pessoal minha. Eu achei que, assim como eu pedi ao Dennis para ela morrer de olhos abertos porque o Che Guevara morreu assim, e a cara dele morta é uma coisa que me impressionou muito na época, eu também tinha uma visão idealizada de uma menina que para fazer guerrilha tem que virar menino, não pode ser com salto alto e saínia, né? Eu acho que eu fiz isso por que no meu inconsciente eu acho que as meninas do meu tempo muito femininas não poderiam ir assim a lugar nenhum, nem a passeata a gente conseguia ir do jeito que a gente era. [...] vai se despojando, né? Não sei, de alguma forma eu subverti a sexualidade da guerrilheira. (2023)

Dessa forma, a figurinista fez escolhas pessoais baseadas em sua percepção idealizada de uma mulher guerrilheira, acreditando que ela precisaria se assemelhar a um homem e renunciar a elementos femininos, como saltos altos e saias. Essa abordagem refletia suas memórias da época, em que considerava que as mulheres muito femininas teriam dificuldade de participar de manifestações, por exemplo. A figurinista, inspirada também pelo impacto visual da imagem de Che Guevara, optou por representar Heloísa de uma maneira que desafiava as convenções de gênero, transmitindo a ideia de que a luta revolucionária exigia uma transformação e uma quebra de estereótipos de feminilidade.

Na imagem retratada, podemos visualizar Heloísa juntamente com seus companheiros dentro de um aparelho durante o sequestro do embaixador suíço, inspirado em um evento histórico mencionado anteriormente. É notável a

similaridade em termos de aparência entre Heloísa e seus colegas, com seus cortes de cabelo, camisas de botão, calças jeans e botas. É interessante estabelecer uma comparação com o julgamento real do caso, que ocorreu em 1972, no qual Inês Etienne Romeu estava entre os quatro sequestradores levados a julgamento. Apesar de uma possível inspiração em um acontecimento real, levando em consideração as semelhanças entre os acontecimentos, a personagem fictícia de Heloísa não apresenta uma correspondência na aparência do vestuário em relação à acusada, mesmo considerando períodos diferentes e não a exata ocasião do sequestro. Até o desfecho de sua história, sua morte, Heloísa permanece sem utilizar elementos "femininos", como a saia usada por Inês.

Figura 7: Julgamento de quatro dos sequestradores de Giovanni Bucher, em agosto de 1972



Fonte: Foto de Anibal Philot / Agência O Globo<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Disponível em:

<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/o-sequestro-do-embaixador-que-virou-parceiro-de-biriba-do-guerrilheiro-carlos-lamarca-no-cativeiro.html&sa=D&source=docs&ust=1688066063041630&usg=AOvVaw32nadkEV63sD61HlxamKI>

Figura 8: Heloísa e seus companheiros em um aparelho durante o sequestro do embaixador suíço.



Fonte: Reprodução Anos Rebeldes, 1992<sup>21</sup>

Ao compararmos Heloísa e Sandra (Deborah Evelyn), duas personagens da série que estavam envolvidas na militância, porém com abordagens distintas, percebemos uma clara diferença nas escolhas dos figurinos. Sandra continua usando roupas e acessórios considerados mais "femininos", além de manter seus cabelos compridos. A figurinista aborda essa divisão evidente entre uma mulher envolvida na luta armada e outra que desempenha o papel de articuladora dentro da organização.

---

<sup>21</sup> Imagem capturada da série Anos Rebeldes, episódio 18 (18:04)

Figura 9: Cenas das personagens Sandra e Heloísa respectivamente



Fonte: Reprodução de Anos Rebeldes, 1992<sup>22</sup>

Segundo a figurinista, uma personagem era mais atuante do que a outra. Ela descreve Sandra como o "cérebro" da operação, enquanto Heloísa representava a ação direta. Na concepção da figurinista, uma pessoa envolvida na ação precisa estar preparada para correr, enquanto alguém responsável pelo planejamento e estratégias pode ser mais discreto. Dessa forma, a figurinista considera ter criado um personagem mais realista para Deborah Evelyn, enquanto para Cláudia Abreu, intérprete de Heloísa, ela teve mais liberdade criativa para explorar outras possibilidades.

Essa abordagem no figurino reflete a distinção entre as personagens em termos de função e personalidade dentro do contexto da série. Enquanto Heloísa é retratada como uma figura mais ousada e radical, Sandra assume uma postura discreta, focada na organização e no planejamento. O figurino é uma ferramenta importante para transmitir essas características e destacar a diferença entre as abordagens das personagens na luta política. Além disso, outra diferença significativa entre as personagens é o fato de Sandra não ter uma relação conflituosa com seus pais, ao contrário de Heloísa. A família de Sandra faz parte do movimento de militância ao qual ela também está engajada, criando uma conexão mais próxima e colaborativa entre sua vida pessoal e suas atividades políticas. Essa dinâmica familiar contribui para uma experiência diferente em relação à militância, em comparação com Heloísa, cuja adesão à luta armada implica em um distanciamento e até mesmo renúncia de seu passado familiar.

<sup>22</sup> Imagens capturadas da série Anos Rebeldes, episódio 19 respectivamente 34:55 e 50:21.

Dentre as diferentes personagens e figurinos que compõem a série, outra característica que se destaca é a aparente continuidade dos figurinos masculinos ao longo da trama, com poucas alterações significativas. As mudanças que ocorrem estão mais relacionadas à posição intelectual e artística dos personagens. Um exemplo é Galeno, interpretado por Pedro Cardoso, que passa a vestir roupas relacionadas ao movimento hippie. Essa transição faz sentido dentro do contexto artístico em que o personagem está inserido, trabalhando em teatros, filmes e, posteriormente, na televisão. Essa escolha de figurino contribui para transmitir visualmente a evolução e as influências do personagem ao longo da trama.

No entanto, no que diz respeito ao envolvimento na guerrilha, os homens não têm a necessidade de abrir mão de elementos ou adotar um estilo específico para se adequar ao perfil de um guerrilheiro. Essa observação reforça o que foi mencionado anteriormente, mostrando como o apelo pela moda e pelo embelezamento está predominantemente associado às mulheres. Essa continuidade no figurino masculino pode ser vista no protagonista João Alfredo, que ao longo da trama modifica seu discurso, mas seu vestuário permanece praticamente o mesmo desde quando era um estudante inconformado até seu retorno como um anistiado.

## CONCLUSÃO

A memória assume diferentes formas sociais e individuais, refletindo eventos passados a partir da perspectiva pessoal do memorialista. No entanto, sua natureza não comprometida com a veracidade dos fatos e sua tendência seletiva frequentemente a posicionam como substituta da história. Como resultado, a memória é frequentemente utilizada e manipulada para fins políticos, resultando em lacunas e omissões que levam ao esquecimento de certos aspectos do passado. Quando se trata da história das mulheres, muitos aspectos têm sido ocultados devido à falta de espaço e protagonismo na historiografia e nas produções que perpetuam a memória. Como resultado, os grandes eventos históricos, escritos e protagonizados por homens, contribuem para a construção de um imaginário social que associa os homens à força, coragem e aventura, conferindo-lhes uma posição de poder da qual as mulheres são excluídas. Elas frequentemente são relegadas a papéis de subalternidade e contemplação, enquanto suas contribuições são minimizadas ou ignoradas.

Essa ausência de espaço e protagonismo na historiografia em relação à Ditadura Militar tem ocultado uma parte importante da história das mulheres. Suas contribuições e experiências têm sido negligenciadas, resultando em uma lacuna na memória coletiva, apesar de sua participação significativa na luta. Com a exclusão das mulheres como agentes de força e revolução, uma categorização estereotipada dessas mulheres se torna evidente.

Nas representações audiovisuais das mulheres na guerrilha, é perceptível uma "masculinização" dessas mulheres. Isso ocorre frequentemente como um mecanismo para representar força e capacidade, como se ao se aproximarem da imagem masculina, suas ações se tornassem mais credíveis. Na série "Anos Rebeldes", que desempenhou um papel importante na disseminação da memória da ditadura militar para as massas, a figurinista Marília Carneiro, retrata essa caracterização na personagem guerrilheira Heloisa, deixando claro suas escolhas pessoais na composição. A personagem passa por uma renúncia de tudo o que é considerado burguês e "fútil", incorporando elementos da feminilidade no meio da abdicação.

Essa visão também é observada nos próprios companheiros de luta armada. Em sua autobiografia, Reinaldo Guarany (1990), ex-militante, relata de maneira



sexista uma maior renúncia de elementos femininos pelas mulheres mais "barra-pesadas" (pág 33), que, segundo ele, aderiram à luta armada. Ele também faz uma distinção de aparência entre essas mulheres dentro dos movimentos, destacando uma maior valorização da "beleza feminina" nas mulheres que participavam da organização e não necessariamente das ações. Essa distinção também é retratada por Marília Carneiro, na série, ainda que com diferentes motivações, onde o figurino de Heloisa (Claudia Abreu) e Sandra (Deborah Evelyn) apresenta essa dualidade entre o "feminino" e o "masculino", mesmo que usem peças semelhantes, é possível perceber a diferença no corte e caimento.

É interessante observar a figura de Che Guevara como uma forte inspiração para a construção da personagem guerrilheira. É compreensível a importância e a propagação que o guerrilheiro possui, mas a falta de grandes nomes femininos no imaginário social é evidente. Embora a participação das mulheres na luta tenha sido significativa e ampla merecedora inspirações e admirações.

Além disso a adesão de mulheres a luta foram diversas, como destacado por Maria Claudia Badan (2018), "a conscientização dessas mulheres ocorreu de várias maneiras", integrando mulheres de diferentes origens, motivações e personalidades. No entanto, poucos estudos se aprofundam nas peculiaridades das mulheres dentro da luta, em que atuavam de diferentes formas. Como afirmou Lígia Cardieri, "[estávamos] cientes dos riscos, e é a seriedade dessas escolhas que deve nos fazer respeitar" (CARDIERI, L., 2014). Muitas mulheres utilizavam seus artifícios como estratégia durante a luta, aproveitando-se dos estereótipos que as afastam da imagem de guerrilheiras como uma manobra de camuflagem. Isso ocorreu porque os padrões definidos pela ditadura eram anticomunistas, caracterizando as guerrilheiras não apenas como terroristas, mas também como "não-mulheres".

Ana Maria Colling (1997) destaca que, na perspectiva da repressão, as mulheres militantes eram duplamente transgressoras: desafiavam, assim como os homens, a ordem política e social vigente, reivindicando uma nova ordem; além disso, elas transgrediam ainda mais ao adentrarem o espaço público, um espaço masculino por excelência. Mesmo ao ingressarem nesses espaços, é possível analisar as distinções entre homens e mulheres, em que a "preocupação" com a aparência é estritamente questionada para as mulheres.

É necessário reexaminar o passado sob uma perspectiva mais inclusiva, destacando as vozes e experiências femininas que foram subestimadas ou

silenciadas. Ao trazer à tona essas narrativas ocultas, é possível reconstruir uma história mais completa e representativa, valorizando o papel das mulheres na sociedade e desafiando as narrativas dominantes. Identificar a feminilidade como uma "arma" contra a ditadura é algo pouco explorado na historiografia, mas é importante observar suas ações sob a ótica feminina, sem a necessidade de renunciar aos seus elementos como alegação de sua potencialidade.

Este estudo é o princípio para a compreensão da experiência das mulheres guerrilheiras e sua representação na sociedade. Examinando a individualidade dessas mulheres, suas contribuições na luta armada e os desafios enfrentados. Além disso, analisa-se como são retratadas culturalmente e o impacto dessas representações na percepção pública. O objetivo é promover uma compreensão mais completa e inclusiva do papel das mulheres na resistência armada.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M, E, R. **Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira** de 1964-1985. Revista em Pauta , Rio de Janeiro - 1º semestre de 2021 - n.47, v.19, p. 50 - 65. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56080/36713>> Acesso em: 28/05/23.>

ANGELO, V. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos: UFSCAR, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1420?show=full>> Acesso em: 10/05/2023.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2.ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1967.

BRAGA, G.; MARTINS, E. **Um romance atropelado pela política**. O Globo, Rio de Janeiro, 19 abr. 1992. Revista da Tevê.

BROWNMILLER, S. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. Londres: Penguin, 1975.

CARGNELUTTI, C. **Opressão política e políticas da opressão: gênero, histórias e memórias em tropical sol da liberdade**. Tese ( Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, RS, 2015.

CARNEIRO.M. Entrevista. [23/05/2023]. Entrevistador: Autora, Rio de Janeiro, 2023.

CEZAR, M.S. **Moda e Gênero: corpo político, cultura material e convenções na construção da aparência**. 1.ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2019.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORREIO DO POVO. 1970. **Assalto a banco paralisou comércio num bairro do Rio**. Porto Alegre, 21 nov., p. 5.

CORREIO DO POVO. 1969. **Terroristas assaltaram Instituto Felix Pacheco**. Porto Alegre, 20 nov., p. 5.

DE OLIVEIRA, L. M. R. **Crime é “Coisa de Mulher”**: Identidade de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. 2012. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10216>> Acesso em: 20/06/2023

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

POLLAK, . **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

LEITE, R. de S.C **Brasil Mulher e Nós Mulheres**: origens da imprensa feminista brasileira. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun.2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014>> Acesso em: 20/06/23

JOFFILY, O. R. 2005. **Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 167 p. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3337> Acesso em:10/05/2023.>

WIKIPÉDIA, 2023. Lara Lavelberg. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lara\\_Lavelberg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lara_Lavelberg)>. Acesso em: 08/04/2023.

REIS FILHO, D. ; S, J. F. (ORGS.) **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**, 2ºed. São Paulo: Expressão popular, 2006,

RIBEIRO, M.C.B. **Mulheres na Luta Armada: Protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)**, 1ºed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

MAGALHÃES, V. S. 1986. **Entrevista com Vera Silvia Magalhães**, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, Rio de Janeiro. 22 p.

MENDES, B. **ANOS Rebeldes** desperta reações emocionadas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 jul.1992. Caderno 2, p.2.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>> Acesso em: 16/05/2023.

PAZ, C. E. Entrevista. [18 abr.2011]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PAZ, M. C. **Nieta dos campos da paz**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

RIBEIRO, M. C B. **Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na ALN**. 1. ed - São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, M. 1990. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. **Tempo Social**, 2 (2):113-128. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806>.

RIDENTI, M. 1993. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 284 p.

SAMPAIO, A. Entrevista. [25/05/2023]. Entrevistador: Autora, Rio de Janeiro, 2023.

SCHILLING, F. **“Memória da resistência ou a resistência como construção da memória”**. In: PADRÓS, H. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. (orgs.). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Página | 132 História e Cultura, Franca, v. 7, n. 1, p.102-133, abr-jul. 2018. História e Memória, vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 141-178.

SIMILI, I. TAIT, T. **Moda, beleza e sedução feminina como arma na luta política**. VIII CIH, Maringá, p 1465 - 1472, 2017. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3503.pdf> >. Acesso em: 16/05/2023

TAIT, T.F C; SIMILI, I. G. **As aparências na história política: as indumentárias na luta das mulheres contra a ditadura militar**. XXI Semana de História, Universidade Estadual de Maringá, 2016.

TAIT, T. F.C.; DIAS, Reginaldo. B., SIMILI, Ivana. G. **Quem eram essas estudantes guerreiras, diabólicas, terroristas e perigosas?** IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 08 a 10 de junho, 2016.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

WOLFF, C. S. 2015. **Resistência**. In: A. M. COLLING; L. A. TEDESCHI (org.), Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, UFGD, p. 582-586